

Capítulo 3

CONTEÚDO E REALIZAÇÕES DO PRODECER

O Prodecer é considerado, entre os projetos de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, muito específico e de grande porte. Isto porque, em primeiro lugar, tem como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola na Região dos Cerrados, abrangendo extensas áreas, especialmente na região central do País. Em segundo lugar, porque buscando o aumento da oferta internacional de alimentos, com a exportação de produtos agrícolas, como, por exemplo, a soja para o Japão, tem repercussão global. Em terceiro, porque teve longa duração e, durante esse período, houve interação, orgânica e efetiva, com a cooperação técnica do Japão. Pode-se dizer que o Prodecer é um programa baseado não só na “complementariedade”, tida como característica básica da relação econômica dos dois países, mas também, e principalmente, na “reciprocidade” de interesses mútuos do Brasil e do Japão. Foi executado como um programa conjunto dos dois governos, com duração de mais de 22 anos, em três fases, transformando aproximadamente 345 mil hectares de área bruta, em terras produtivas. A sua concepção básica é promover o desenvolvimento de pólos de colonização com agricultores de porte médio, organizados em cooperativas, com a utilização de modernas tecnologias agrícolas. Para a abertura de fronteiras, por meio deste método, foram necessários elevados investimentos iniciais, alocados, em grande parte, com recursos de empréstimos. O custo total do Prodecer é estimado em 562 milhões e 900 mil dólares. O sistema de financiamento que possibilitou a sua realização reflete as características deste programa, e de certa forma explica, em virtude principalmente de condicionantes macroeconômicos subseqüentes, os problemas de endividamento dos produtores.

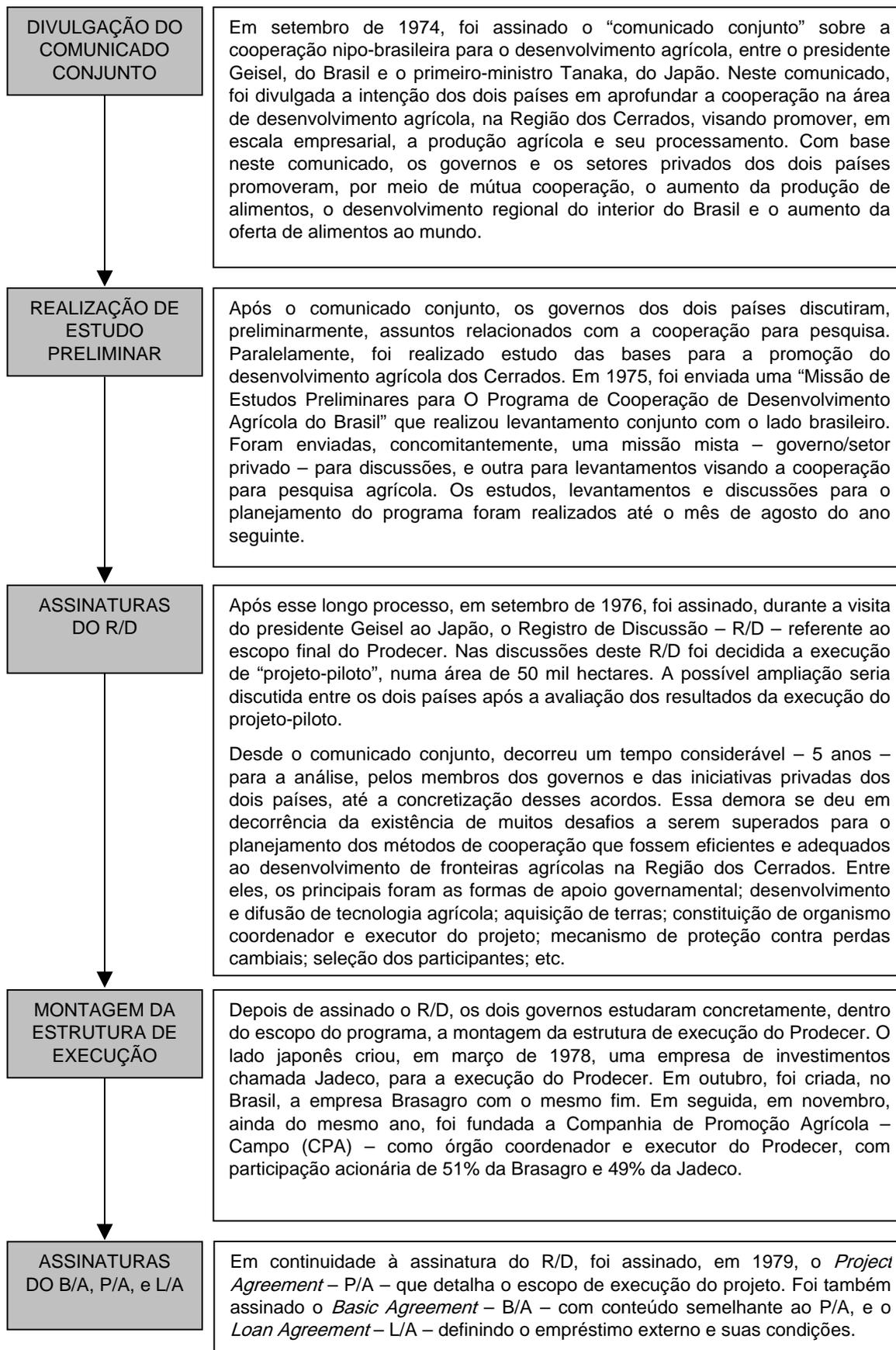
O objetivo deste capítulo é focar o desenvolvimento e a execução deste projeto, de acordo com a concepção formulada pelos dois países, seus principais resultados e realizações.

3.1 ASPECTOS GERAIS DO PRODECER

3.1.1 HISTÓRICO DA EXECUÇÃO DO PRODECER

A sua concepção e planejamento do tiveram início, efetivamente, após a divulgação de comunicado conjunto dos governos do Brasil e Japão, em 1974. Foram gastos 5 anos para a realização dos estudos preliminares, planejamento da estrutura do projeto, formatação do sistema de financiamento e administração, etc., pelos governos e setores privados dos dois países. Após este período, foi finalmente iniciada a implantação, em 1979, do Prodecer I.

A seguir, é apresentado um histórico resumido do período entre a divulgação do comunicado conjunto e seu início efetivo.



3.1.2 ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PRODECER

Com a montagem da estrutura de execução deste programa, foram implantados: o Prodecer I Piloto, de 1979 a 1983, Prodecer II Piloto e Prodecer Expansão, de 1985 a 1993 e o Prodecer III Piloto, cuja implantação foi iniciada em 1995 e que teve seu encerramento em março de 2001¹

Os aspectos gerais da execução das três fases serão apresentados a seguir:

PRODECER I PILOTO (1979 a 1983)

Primeira Fase do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

Nesta primeira fase do programa foram selecionadas três áreas no Estado de Minas Gerais por estarem localizadas relativamente perto dos centros consumidores, com boa infra-estrutura e com satisfatória organização de assistência técnica e extensão rural. Foram incorporados 60 mil hectares para produção de soja, milho, arroz, café, etc. Fez parte do plano, a implantação de uma fazenda sob administração direta da Campo, com 5 mil hectares objetivando produzir sementes de boa qualidade e ainda duas empresas agrícolas (*plantations*). O custo total de implantação deste projeto foi de US\$ 50 milhões, com 92 famílias assentadas.

Após a conclusão dessa fase, a partir de 1983, na região de Santa Rosa, Município de Paracatu–MG, foi executado um projeto de colonização (Projeto Entre Ribeiros I), com as mesmas regras, aplicando recursos exclusivos do lado brasileiro e aproveitando uma área de 10 mil hectares, de propriedade da Campo. Esse projeto beneficiou mais 41 famílias e foram aplicados cerca de US\$ 17 milhões.

Nesse projeto-piloto, implantado numa área característica de Cerrados tradicionais, foram tentados dois métodos para a abertura de fronteira agrícola nessa região: a) tipo “colonização” e b) tipo “empresa agrícola” (*plantation*).

Por ocasião da realização da Avaliação Conjunta Nipo-Brasileira, em 1982, o tipo “colonização” foi julgado o mais adequado.

Prodecer II
 Projeto II Piloto (1985 a
 1990)
 Projeto Expansão (1985
 a 1993)

Esta fase foi executada, tendo como base o bom desempenho obtido na execução do Prodecer I Piloto.

A sua característica do Piloto foi a execução em duas áreas (quatro projetos) de Cerrados com condições naturais diferenciadas: no Estado do Mato Grosso, que recebe influência da Amazônia, e no Estado da Bahia, que recebe influência da região semi-árida da Caatinga. Nesta fase, foram executados projetos-pilotos com o objetivo de desenvolver tecnologias adequadas às respectivas condições climáticas. O total da área abrangida foi de 65 mil hectares, onde foram planejadas atividades agrícolas que combinam pecuária e culturas perenes, com culturas básicas como soja e milho. O total do custo dos projetos foi de, aproximadamente, 100 milhões de dólares, e assentou 165 famílias.

A principal diferença em relação à primeira fase é que, nesta, as cooperativas realizaram a tarefa de aquisição e repasse das terras aos colonos, tarefa realizada na Fase I, pela Campo.

No mesmo período, foram executados o Prodecer Expansão, com recursos de financiamentos para Projetos em Geral do JBIC (ex-OECF), em 11 áreas dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, consideradas regiões passíveis de aplicação dos resultados obtidos nas áreas do Prodecer I. A área de abrangência desse segmento foi de 140 mil hectares, com 380 famílias assentadas e custo total de 275 milhões de dólares.

Prodecer III Piloto
 (1995 a 2001)

Esta fase foi executada no Município de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins e no Município de Balsas, no Estado do Maranhão, regiões de baixa latitude, situadas ao norte dos projetos até então implantados. Esta fase do programa foi executada objetivando a consolidação de tecnologias de administração rural com a introdução da irrigação e de novas variedades sob condições climáticas onde as diferenças, no período de insolação, durante o ano todo, são muito pequenas.

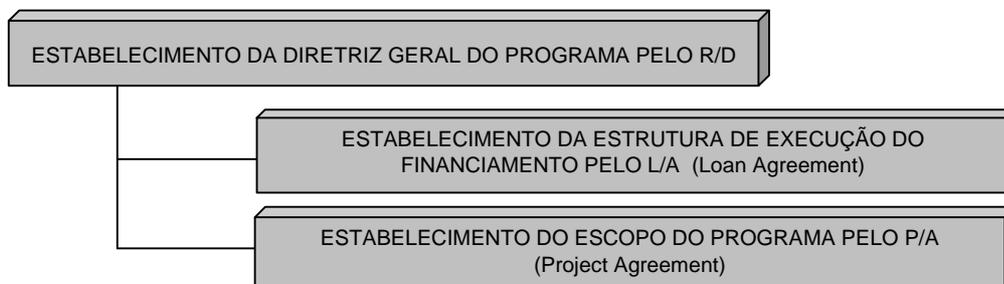
A área de abrangência desta fase foi de 80 mil hectares com 80 famílias assentadas e custo total de 137 milhões e 900 mil dólares. A área de cada propriedade é de 1.000 hectares, equivalente a cerca de 2 vezes a dos outros projetos implantados durante a Fase I e II.

A característica desta fase é ter programado a introdução de equipamentos de irrigação nos lotes, com base nas experiências de execução dos projetos anteriores, para a estabilização econômico-administrativa das propriedades. Além disso, outra grande característica é a reserva natural, com área equivalente a 50% da propriedade, enquanto que as áreas de reservas nas Fases I e II foram de pouco mais de 20% da propriedade. Além disso, na maior parte, essa área foi preservada de forma agrupada, como área de reserva coletiva.

3.1.3 CARACTERÍSTICAS DO PRODECER

(1) PROGRAMA BASEADO EM ASSINATURAS DE ACORDOS

Antes do início de cada fase do Prodecder, foram firmados três acordos, descritos abaixo, entre os dois países, cujas diretrizes nortearam sua implantação.



Obs: Na Fase I do Prodecder, foi assinado também o documento denominado B/A (*Basic Agreement*), dispensado a partir da Fase II, por ser o seu conteúdo repetição do P/A.

O R/D é o registro das discussões que decidiram as diretrizes básicas dos dois países em relação ao Prodecder. O L/A estabelece o financiamento do lado japonês, a alocação de recursos pelo lado brasileiro, o sistema de financiamento aos produtores, etc. O P/A estabelece o escopo da sua execução, com base no estudo realizado para as Fases I, II e III do programa. O P/A é onde está o cerne da concepção de desenvolvimento de cada uma de suas fases e estabelece, claramente, as responsabilidades do governo federal, dos governos estaduais, das instituições financeiras, da Campo, das cooperativas, etc., visando a execução eficiente do programa.

(2) MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS PELA DA COLONIZAÇÃO POR AGRICULTORES DE PORTE MÉDIO

O Prodecder teve, como meta, a criação de pólos de desenvolvimento agrícola nas novas fronteiras agrícolas na Região dos Cerrados. A sua diretriz básica visou, fundamentalmente, a implantação de agricultores familiares de médio porte que não possuíam sua própria terra. Assim, o programa apresentou, entre outras, as seguintes peculiaridades:

- Os produtores adquiriram tudo: terra, máquinas agrícolas, residência, instalações para produção, além dos e alocaram os recursos para custeio, etc.
- Foi necessário um grande investimento inicial.
- Grande parte dos recursos foi alocada por meio de financiamentos.
- No processo de ocupação das áreas, houve crescente preocupação com o meio ambiente.
- Foi necessária a melhoria da infraestrutura sócio-econômica através do governo estadual e municipal.

(3) CRIAÇÃO DA CAMPO COMO ÓRGÃO COORDENADOR DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Para a coordenação da execução do Programa e realização dos trabalhos de supervisão dos recursos liberados, seleção dos participantes, assistência técnica, planejamento geral do programa, etc. foi fundada a Companhia de Promoção Agrícola – Campo (CPA). A Campo desempenhou papel fundamental na execução do Prodecer e, de modo especial, na coordenação entre órgãos vinculados dos dois países e no estreitamento de suas relações.

(4) MÉTODO DE COLONIZAÇÃO VIA COOPERATIVA

A seleção dos produtores foi realizada, principalmente, pelas cooperativas, que por sua vez foram selecionadas entre as melhores e mais bem estruturadas do País. As cooperativas apoiaram efetivamente os produtores, na aquisição da terra, fornecimento de insumos e máquinas, serviços de comercialização, armazenamento e beneficiamento da produção, assistência técnica, etc.

(5) PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA ARTICULADA COM A COOPERAÇÃO TÉCNICA

Para tornar possível a produção agrícola na Região dos Cerrados, com terras de elevada acidez e baixa fertilidade natural, foi indispensável o desenvolvimento de tecnologias agrícolas específicas, a difusão de técnicas de correção e manejo do solo, seleção de culturas e variedades e além da disponibilização de recursos para implantação dos projetos. No Prodecer, os recursos para esse desenvolvimento foram alocados simultaneamente à realização de projetos de cooperação técnica.

A seguir, são detalhados os aspectos gerais do sistema e as condições do financiamento utilizado, o papel e a função da Campo e das cooperativas e os principais dados relativos aos financiamentos, áreas, investimentos, produção e produtividades dos projetos de colonização implantados. Os programas de cooperação técnica, bem como outros programas de cooperação financeira nipo-brasileira, são apresentados no Capítulo IV.

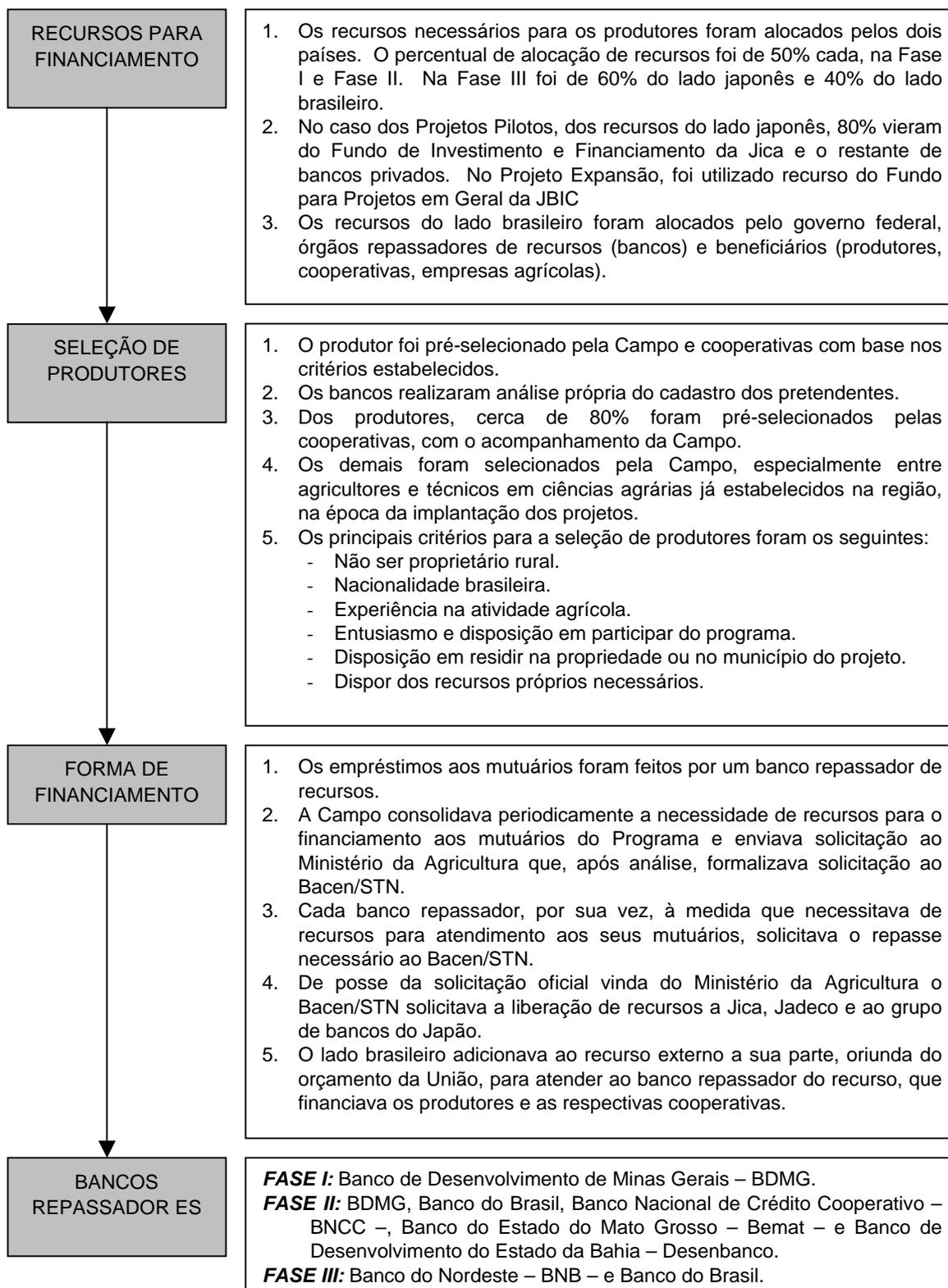
3.2 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO DO PRODECER

3.2.1 ESQUEMA DE FINANCIAMENTO

O Quadro 3.2.1 é um resumo do esquema para realização do financiamento. Na concepção do Prodecer, por causa de suas características, foi planejada a alocação de recursos para financiamento aos produtores, com juros baixos. Por isso, nos projetos pilotos financiados pela Jica, foram repassados recursos do Fundo de Investimento e Financiamento, diretamente ao Banco Central do Brasil. Já os financiamentos realizados

3.2.2 PASSOS PARA REALIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO

Os passos para a realização do financiamento e os pontos principais são os seguintes:



3.2.3 CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA OS PRODUTORES

Todos os acordos firmados entre os dois países continham cláusula que estabelecia a condição de Programa Especial ao Prodecer, decorrente de sua condição de *National Project*, já citada e que influenciou as condições dos empréstimos externos, consideradas bastante favoráveis, como pode ser visto no item 2 do art. 9 do P/A do Prodecer II, firmado com a Jica:

“Os termos e condições de qualquer empréstimo ou crédito concedido a qualquer participante do projeto sob os termos do Programa Especial, nos casos em que os empréstimos ou créditos comparáveis poderiam ser obtidos através de outros programas de crédito agrícola existentes na República Federativa do Brasil, não serão mais onerosos para os participantes do projeto do que os termos e condições mais favoráveis aplicáveis aos empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis a outros tomadores na República Federativa do Brasil, especialmente aqueles localizados na Região dos Cerrados”.

As condições de financiamento aos produtores por meio do Prodecer, entretanto, sofreram inúmeras alterações ao longo do tempo, de acordo com a conjuntura do momento, especialmente a partir do Prodecer II. Isso pode ser visto na Tabela 3.2.1.

Tabela 3.2.1. Condições de financiamento para os produtores, por fase, durante a implantação do Prodecer.

Prodecer I

Crédito	Prazo do financ. (anos)	Carência (anos)	Período	Encargos financeiros (anual)	Limite de adiantamento
Fundiário	20	06	1979/1982	10%	100%
Investimentos	12	06	1979/1982	10%	80 - 100%
Custeio	03	01	1979/1982	10%	100%

Prodecer II (Piloto e Expansão)

Crédito	Prazo do financ. (anos)	Carência (anos)	Período	Encargos financeiros (anual)	Limite de adiantamento
Investimentos	15	06	Jan 85/Mai 86 Mai 86/Jun 87 Jul 87/Dez 88 Jan 89/Jul 89 Jul 89/Dez 90 Jan 91/Mar 93	ORTN + 3% 10% OTN + 9% IPC + 12% BTN + 9% TR + 12,5%	De 80 a 100%
Custeio	03	01	Jan 85/Mai 86 Mai 86/Jun 87 Jul 87/Jun 89 Jul 89/Dez 89 Jan 90/Jun 90 Jul 90/Fev 91 Fev 91/Jul 91 Jul-91/Ago-92	ORTN + 3% 3, 6 e 8% OTN + 3, 6 e 8% IPC + 12% BTNF + 12% BTN + 9% TRD + até 9% TRD + 12,5%	De 80 a 100%

Prodecer III

Crédito	Prazo do financ. (anos)	Carência (anos)	Período	Encargos financeiros (anual)	Limite de adiantamento
Investimentos	15	06	Jan 95/Jun 99	TJLP + 6%	De 90 a 100%
	20	06	Jun 1999	TJLP + 6%	De 90 a 100%
	20	06	Mar 2001	10,75%	De 90 a 100%
Custeio	15	06	1995/1996	TJLP + 6%	100%
	01	--	1996/1997	12 %	100%
	01	--	1997/1998	9,5%	100%
	01	--	A partir de 1999	8,75%	100%

Obs:

- 1) Os prazos de financiamento e carência informados são os prazos máximos admitidos, porém, por ocasião da elaboração dos projetos, os prazos são determinados de acordo com a capacidade de pagamento. Na maioria dos casos, foi adotado o prazo máximo.
- 2) Os encargos financeiros apresentados referem-se ao período de implantação dos projetos, e, portanto inscritos nos contratos de financiamento. Mesmo após o término da implantação, tem havido alteração das condições em função de acordos de renegociação das dívidas, ante as dificuldades enfrentadas pelos produtores (ex.: Securitização, Pesa, etc.).
- 3) Os limites de adiantamento variaram de acordo com o tipo do investimento (fixo, semifixo, fundiário, etc).
- 4) O primeiro ano de custeio foi considerado como investimento.

Evidentemente, como se trata de um programa especial, algumas características diferenciaram os financiamentos do Prodecer em comparação com outras linhas de financiamento agrícola existentes no País, como por exemplo:

O financiamento integrado – contemplava todos os itens necessários à implantação da propriedade, a partir da aquisição da terra até o custeio, incluindo investimentos fixos (abertura de áreas, eletrificação, depósitos, silos, formação de pastagens, construção de açudes, etc.) e semifixos (máquinas, equipamentos, animais, etc.).

Os prazos de pagamento eram iguais ou mais longos que os normais.

Os limites de adiantamento eram significativamente maiores.

A disponibilidade de recursos, de modo geral, sempre foi oportuna e adequada às necessidades.

Estas características dos financiamentos, aliadas a outras inerentes à concepção do Programa, o fizeram bastante atraente a inúmeros produtores, que se interessaram em vir de outras regiões do Brasil, para o desenvolvimento de fronteiras agrícolas na Região dos Cerrados.

As taxas de juros demonstradas na Tabela 3.2.1 foram baseadas no Manual de Crédito Rural – MCR – definido pelo Banco Central do Brasil. Na fase inicial do Prodecer II foi

utilizada taxa de 3% + ORTN (título público indexado à inflação). Entre 1987 e 1988 a taxa era de 9% + OTN (título público) para investimento fixo e semifixo, e 3,6 e 8% + OTN para custeio. A partir de 1989, foi aplicada a taxa de 12% + IPC (Índice de Preço ao Consumidor). As taxas foram reduzidas para 9% + BTN a partir da segunda metade de 1989, mas, a partir da primeira metade de 1991 subiram novamente para 12,5% + TR. A partir de 1994, foi introduzida a taxa de 6% + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que continuou até o fim do programa.

Numa comparação rápida do Prodecer com as condições gerais de crédito agrícola ao longo desse tempo (inclusive com alguns programas especiais), pode-se afirmar que:

O Prodecer I Piloto teve como principais atrativos o financiamento integrado, os limites de adiantamento e a disponibilidade de recursos, já que as condições financeiras eram bastante semelhantes aos vigentes em programas especiais, especialmente do Polocentro, que ofereciam subsídios indispensáveis a esse tipo de Programa.

O Prodecer II, tanto Piloto como Expansão, teve seu início ainda fortemente influenciado pelas condições vigentes na Fase I, mas com as cláusulas financeiras já sofrendo os efeitos da introdução dos indexadores de correção monetária dos contratos, afetando progressivamente as diferenciações previstas no Programa, até que suas condições se tornaram praticamente idênticas ao crédito rural comum, com a eliminação total dos subsídios. Foram mantidas, como vantagens, as características de financiamento integrado, os limites de adiantamento mais favoráveis e, ainda, a disponibilidade dos recursos assegurada, porém, nem sempre com a mesma agilidade e da forma oportuna, ocorrida na primeira fase.

O Prodecer III Piloto foi iniciado em condições semelhantes às que vigiam no encerramento da Fase II e suas condições ficaram bastante próximas das vigentes para o crédito rural geral (pela melhoria das condições deste). Com as mudanças mais recentes das políticas de crédito agrícola, as condições financeiras de alguns programas especiais acabaram por se tornar até mais atrativas, ainda que as vantagens citadas no item anterior permanecessem.

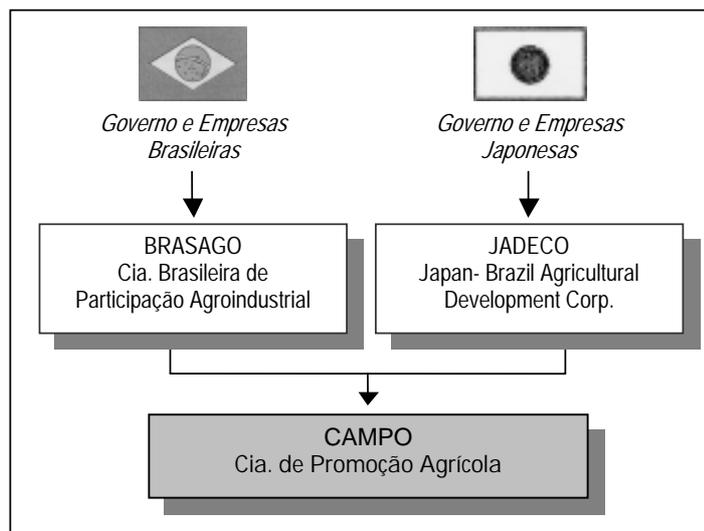
3.3 GERENCIAMENTO DO PRODECER

De acordo com a concepção do Prodecer, duas estruturas foram fundamentais para sua execução, além dos beneficiários finais – os produtores: a Campo, como coordenadora da execução, e as cooperativas, como mecanismo de organização dos produtores, com responsabilidades executivas, tanto na implantação, como na consolidação dos projetos.

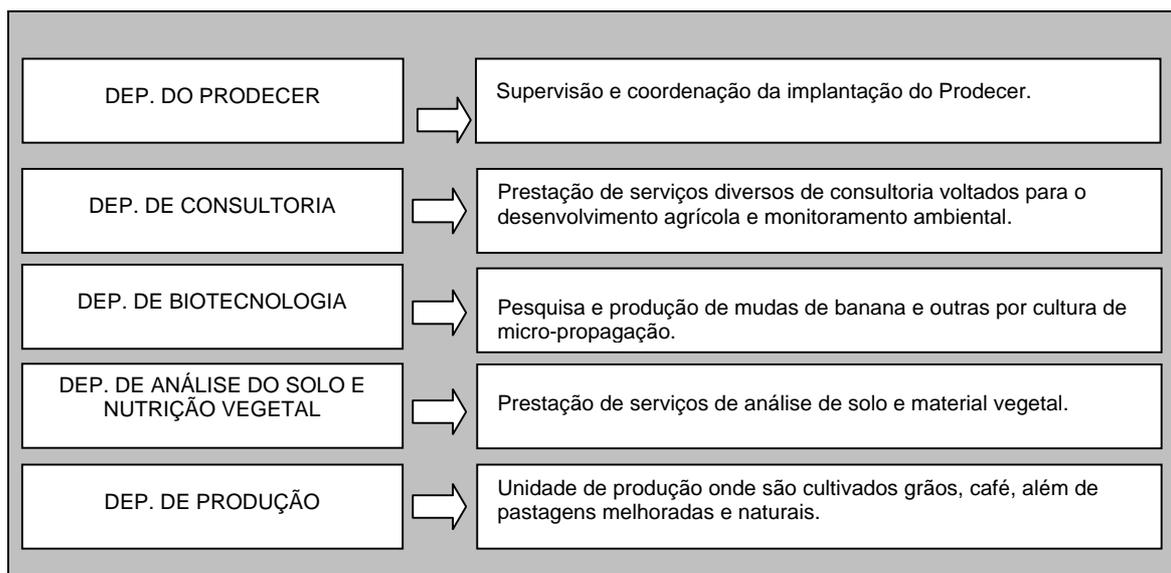
3.3.1 PAPEL DA CAMPO COMO EMPRESA COORDENADORA DA EXECUÇÃO

Conforme demonstrado na estrutura do financiamento do Prodecer (Quadro 3.2.1), sua implantação exigiu a participação de diversos órgãos dos governos e da iniciativa privada dos dois países. Para promover a articulação destes órgãos e impulsionar o programa conforme o planejado, foi concebida a presença de um órgão coordenador. Foi então criada pelos dois países, em 1978, a Cia. de Promoção Agrícola – CPA –, posteriormente denominada Campo.

Prioritariamente, a Campo sempre desenvolveu esse trabalho – a coordenação da execução do Prodecer – porém, assumiu também algumas ações executivas relacionadas ao desenvolvimento do Programa, como a indicação das cooperativas, seleção dos produtores, elaboração dos projetos técnicos individuais, orientação e assistência técnica, entre outras. Do ponto de vista



empresarial, inclusive como forma de garantia patrimonial aos seus acionistas, conforme previsto em seus estatutos e demais instrumentos constitutivos, implantou, logo no início da primeira fase do Programa, uma fazenda sob sua administração direta na vizinhança do Projeto de Colonização Coromandel, no município do mesmo nome, em Minas Gerais. Ao longo do tempo, procurando uma administração segura e sadia, buscou adequar-se às condições conjunturais e econômicas do País. Para tanto, com autorização de seus acionistas, utilizando suas competências técnicas e administrativas, além do grande conhecimento da Região dos Cerrados, diversificou as suas atividades e as suas fontes de receita, conforme se vê a seguir:



Na Tabela 3.3.1, a seguir, são detalhados aspectos gerais quanto ao papel e as funções da Campo no Prodecer.

Vale ressaltar que, em decorrência de seu desempenho e atuação, foi garantida a transparência na aplicação e a utilização correta dos recursos. As experiências adquiridas na execução de cada fase foram se acumulando e, graças a isto, foi possível a ampliação do Programa e a transição eficiente à fase subsequente, durante mais de 20 anos.

Tabela 3.3.1. Papel e função da Campo.

Objetivo	Apoio, promoção e implantação de atividades de produção agrícola na Região dos Cerrados.
Principais Atividades	
Levantamento, planejamento e coordenação do Programa.	Elaboração do plano de execução e de financiamento do projeto. Consolidação anual das realizações do programa. Assinaturas de convênios de trabalho com as cooperativas participantes e convênios técnicos (normas de procedimento com os bancos, convênio de cooperação com os governos dos Estados onde serão implantados os projetos), trabalhos de articulação e coordenação com outros órgãos envolvidos.
Definição da área do Projeto.	No Prodecer I a Campo fez a aquisição e a distribuição das áreas. No Prodecer II e III, apoiou as cooperativas na escolha da área do projeto, por meio da realização de estudos nas áreas pré-selecionadas e fornecimento de seus resultados às cooperativas escolhidas.
Seleção dos participantes do Projeto (produtores e cooperativas)	Seleção das cooperativas, com base em critérios pré-estabelecidos. Seleção final dos produtores, entre aqueles selecionados pelas cooperativas. Parte dos produtores foram selecionados diretamente pela Campo, entre agricultores e profissionais de ciências agrárias, que já estavam instalados na região, na época da implantação do projeto.
Elaboração e implantação do Plano	Medição, demarcação e elaboração do plano de uso da terra e da infraestrutura, por projeto. (Master Plan)
Elaboração do Plano de Administração Rural (projeto técnico)	Elaboração do plano de administração rural por meio da consolidação das técnicas de administração rural, por região, e confecção de seus manuais, com a colaboração dos órgãos de pesquisa dos governos federal e estaduais.

individual) e prestação de assistência técnica.	A Campo realizou, durante os primeiros 4 a 5 anos, em cada projeto, trabalhos de assistência técnica, passando posteriormente esta responsabilidade para as cooperativas. Na primeira fase, esse trabalho inicial foi desenvolvido, sob convênio, pela Emater-MG.
Recomendação e supervisão da liberação dos recursos de financiamento	Recomendação e orientação, de acordo com os projetos elaborados conforme item anterior, para a liberação dos recursos de financiamento ao produtor com base nos critérios e normas dos bancos e supervisão de seu uso. Graças a este trabalho, foi assegurado o uso regular e adequado dos recursos.
Administração de campos demonstrativos	Apoio à instalação e administração de áreas para demonstração e/ou produção e distribuição de sementes, como atividade de apoio aos produtores, de acordo com a necessidade e possibilidades.
Estrutura Administrativa	
Número de funcionários (março 2001)	Matriz: 38; Setor de Biotecnologia: 46 (Paracatu) e 30 (Cruz das Almas); Fazenda Coromandel: 7; Laboratório de Análises: 10 e Escritórios Regionais: 30. Total: 161.
a) Fontes de Receitas	Taxa de supervisão do Prodecet equivalente a 1% do saldo devedor dos financiamentos (paga pelo Ministério da Agricultura do Brasil). Taxa de elaboração de projeto, equivalente a 2% do valor dos financiamentos liberados pelos bancos aos produtores. Taxa de assistência técnica aos produtores, equivalente a 2% do saldo devedor do financiamento.
b) Situação administrativa	No R/D foi definida a auto-suficiência da Campo com as receitas de serviços de planejamento, coordenação, etc. A maior parte das rendas, portanto, são originadas de taxas diversas citadas no item a , acima, além de receitas provenientes das atividades dos departamentos já citados. Com a finalização do Prodecet, a tendência é de redução das receitas provenientes das taxas diversas, estando atualmente, em análise, a reforma administrativa da Campo.

3.3.2 MÉTODO DE COLONIZAÇÃO COM A LIDERANÇA DAS COOPERATIVAS

A seleção das cooperativas participantes foi feita pela Campo, com base em critérios como situação financeira, experiências com grãos, nível técnico, estrutura administrativa, etc. Após análise própria, e aprovação do agente financeiro, as indicações foram homologadas pelo Ministério da Agricultura.

As cooperativas desempenharam, no Prodecet, além de suas atividades específicas, outras especiais como o apoio à administração rural de forma personalizada, a seleção de produtores, etc. A Tabela 3.3.2, a seguir, ilustra suas funções e principais atividades no Programa:

Tabela 3.3.2. Funções e principais atividades das cooperativas.

FUNÇÃO	ATIVIDADE
Seleção de produtores	<p>A escolha dos produtores foi realizada com a pré-seleção feita pelas cooperativas participantes e triagem final da Campo. As cooperativas priorizaram, em geral, filhos das famílias cooperadas, em sua região de origem.</p> <p>Na maioria dos projetos, 80% dos produtores vieram de outras regiões – especialmente Sul e Sudeste - e 20% foram selecionados pela Campo entre agricultores e técnicos em ciências agrárias da região, quando existentes. Com esses 20%, a essa companhia buscava, não só promover a melhor integração local, como difundir e estimular o associativismo e as novas tecnologias agrícolas na região.</p>
Aquisição e distribuição das terras	<p>Dentro das regiões previamente definidas, as cooperativas fizeram a pré-seleção das áreas dos projetos com base nas condições naturais e socioeconômicas. Após esta escolha preliminar, a Campo realizou estudos e levantamentos detalhados para analisar se eram adequadas e convenientes, de acordo com os fundamentos do Programa.</p> <p>Com base nestes estudos, e após as análises jurídicas e documentais, as cooperativas fizeram a aquisição e a medida da terra. Em seguida, foi elaborado o projeto de parcelamento, as terras demarcadas e transferidas aos produtores.</p> <p>Na elaboração do projeto de parcelamento, além da obediência estrita à legislação ambiental, foram introduzidos conceitos como o da reserva em condomínio, e buscou-se uma divisão racional e equitativa de acordo com os recursos naturais existentes.</p>
Aquisição e distribuição de insumos, máquinas e equipamentos para a produção e comercialização de produtos agrícolas	<p>As cooperativas adquiriram e distribuíram insumos, máquinas, equipamentos, etc., além de prestarem serviços de armazenamento, beneficiamento, processamento e comercialização de produtos agrícolas. Para isso, construíram escritórios, silos, depósitos, instalações de secagem, etc. Os recursos para estas obras vieram, na sua maioria, de financiamentos pelo Prodecer.</p> <p>Conforme esperado, à medida que se estimula a implantação de novos produtores na região, amplia-se o quadro social nas cooperativas, otimizando a utilização das instalações físicas e administrativas das cooperativas.</p>
Construção de instalações coletivas e implantação de infra-estrutura dentro da área do Projeto	<p>As cooperativas que implantaram infra-estruturas administrativas e de apoio à produção, em alguns casos também se incumbiram de implantar obras de infra-estrutura básica.</p>
Assistência técnica	<p>As cooperativas, após a conclusão da implantação do projeto, se responsabilizam pela assistência e orientação técnica aos produtores.</p>

É importante registrar que os acordos assinados entre os dois países, de forma mais ou menos explícita e detalhada, definem que a implantação da infra-estrutura econômica e social básica, como estradas de acesso, energia elétrica, obras coletivas de irrigação, comunicação, escolas, postos de saúde, etc., é de responsabilidade dos governos federal e, principalmente, dos governos estaduais.

A construções de estradas e o fornecimento de energia elétrica no Prodecer I foram

realizados, na sua maioria, com recursos do Polocentro, por intermédio da concessionária de energia elétrica estadual e pelo governo do Estado de Minas Gerais. No Prodecer II, não houve uniformidade de situações, ocorrendo desde projetos onde já existiam estradas pavimentadas, e energia elétrica, ou que rapidamente receberam essas melhorias com recursos dos governos federal e/ou estaduais, como outros em que as cooperativas e produtores tiveram que arcar com os custos de sua abertura/implantação e/ou manutenção, e que até hoje carecem de investimentos públicos básicos. Evidentemente que essas deficiências prejudicaram, e prejudicam, o desenvolvimento e desempenho dos produtores e suas cooperativas, além de aumentar seus custos de produção. No Prodecer III, também tem ocorrido atrasos na construção de estradas e de instalações para fornecimento de energia elétrica. A causa básica dessa situação é a dificuldade nas finanças públicas nos últimos anos, especialmente em nível estadual, como apontado anteriormente.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DOS CERRADOS E COOPERATIVAS NIKKEIS

O pioneirismo e as realizações das cooperativas *nikkeis* na Região dos Cerrados exerceram grande influência na adoção do método de colonização pelo Prodecer. A Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC-CC –, que foi a mais representativa, participou da implantação do Projeto de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba – Padap –, considerado como um dos precursores deste Programa. Em 1974, a CAC instalou uma filial no Município de São Gotardo–MG, região central do projeto acima citado, tornando o referido município, um núcleo pioneiro no desenvolvimento dos Cerrados. Em abril desse ano foram definidos os primeiros 24 colonos (todos cooperados originários dos Estados de São Paulo e Paraná) que se instalariam neste projeto. Em seguida, em dezembro, foram definidos mais 65 colonos, numa segunda convocação, e deu-se o início da colonização com um total de 89 produtores. Em 1979, já se alcançavam produções que superavam a marca de 2 t/ha na soja e 3,6 t/ha no trigo irrigado, além de ótimas lavouras de café, demonstrando, na prática, a viabilidade da agricultura na região.

O presidente Ernesto Geisel visitou a região acompanhado do seu Ministro da Agricultura, Dr. Alysso Paulinelli, e não poupou elogios, vendo in loco a transformação dos Cerrados numa grande região produtora. No mesmo ano, a CAC foi convidada pelos dois governos a participar no Prodecer.

Além de ser considerada a maior cooperativa brasileira à época, por causa da sua experiência na produção e comercialização agrícola, e no desenvolvimento dos Cerrados, essa cooperativa foi a responsável pelo assentamento dos produtores no Projeto de Colonização Mundo Novo (Paracatu, MG) do Prodecer I, e no Projeto de Colonização Ouro Verde (Barreiras, BA) do Prodecer II. Nessa segunda fase, participaram outras cooperativas com forte presença *nikkei*, como a Cooperativa Agrícola Sul Brasil, chegando a 154 o número de famílias de produtores *nikkeis* assentados no Programa, equivalendo a 22% do total.

3.4 CONTEÚDOS E REALIZAÇÕES DO PRODECER

3.4.1 INVESTIMENTOS E RESULTADOS

Conforme já apresentado, no Prodecer foram aplicados recursos em diversos itens, destinados principalmente para: aquisição da terra, investimentos fixos (abertura de área, correção do solo, infra-estrutura da propriedade e das cooperativas, etc.); aquisição de máquinas e implementos e de animais; custeio agrícola (sementes, adubos, defensivos agrícolas, etc.). Estes recursos chegaram aos produtores e cooperativas por intermédio de bancos repassadores, conforme já mencionado.

Os recursos totais aplicados no Programa foram estimados em US\$ 553 milhões, assim distribuídos: Prodecer I: US\$ 60 milhões; Prodecer II: US\$ 375 milhões; Prodecer III: US\$ 118 milhões. Como resultado deste investimento, estima-se a criação de 20 mil novos postos de trabalho diretos e 40 mil indiretos. A Tabela 3.4.1 mostra os investimentos realizados e os resultados esperados em volume e em valor de produção agrícola, em criação de oportunidades de empregos e impostos gerados, a implantação de infra-estrutura administrativa e produtiva, por meio do Prodecer e dá outras informações.

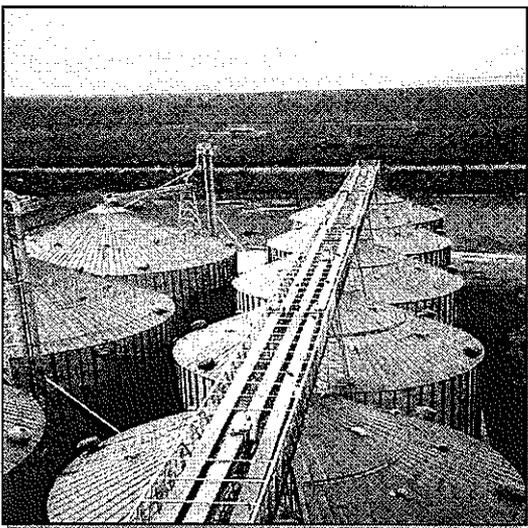
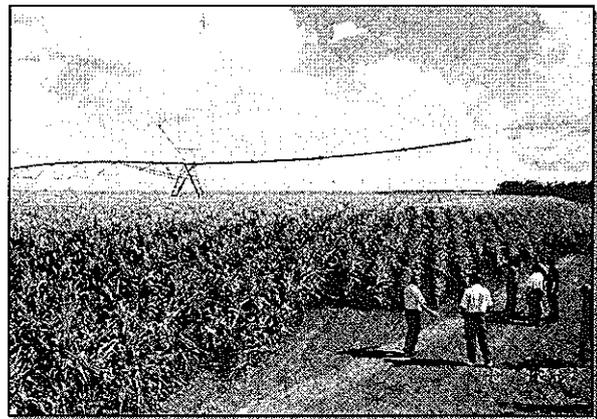


Tabela 3.4.1 Valor de financiamento e efeito da produção esperada, por projeto (1/2)

Nome do Projeto/Estado	Produção (ton)	Produção (10³US\$)	Impostos Gerados (10³US\$)	Empregos		Investiment (10³US\$)	Cooperativas participantes e sua substituição	Órgãos repassadores de recursos	Area de Irrigação (ha)	Infra-estrutura Agrícola e Rural
				Diret	Indir					
PRODECER I	120,200	30,475	5,385	4,400	8,600	60,030			Potencial 8,746 Utilizado 7,950	
Irai de Minas-MG	21,600	5,600	982	900	1,600	11,610	(Cooperativa dos Suinocultores de Encantado-COSUEL) COPAMIL-Coo.Agrícola Mista Iraí	BDMG	3,030 3,030	Silos para grãos: 61.172 ton. Unidade de beneficiamento de sementes: 4.800 ton. Balança para caminhão: 80 ton. Secadora, escritório
Mundo Novo- MG	55,000	14,000	2,500	2,400	4,800	26,500	(Cooperativa Agrícola de COTIA) COOPERNOVO	BDMG	2,198 1,635	Silos para grãos: 41.000 ton. Armazém para insumos: 2.300 m². Unidade de beneficiamento de sementes, unidade de beneficiamento de café. balança para
Coromandel- MG	11,500	2,875	503	600	1,200	4,800	Associação dos Produtores de Coromandel	BDMG	94 94	
Paracatu Entre Ribeiros I-MG	32,100	8,000	1,400	500	1,000	17,120	COOPERVAP-Cooperativa Agropecuaria do Vale do Paracatu Ltda.	BDMG	3,424 3,191	Silos para grãos: 64.000 ton. Unidade de beneficiamento de sementes, Supermercado, Posto de Gasolina, Laticínio e processamento de Leite, Fábrica de ração (capacidade, 12 t/h), Fábrica de suplemento mineral (capacidade, 6 t/h)
PRODECER II- Piloto	79,610	20,070	3,515	5,600	11,200	100,000			8,032 846	
Ouro Verde- BA	26,830	6,700	1,170	1,600	3,200	26,000	(Cooperativa Agrícola de COTIA) COOPROESTE	Banco do Brasil S/A	3,226 846	Silos para grãos: 24.200 ton. Armazém para insumos: 3.000 m². Unidade de beneficiamento de sementes, balança para caminhão, escritório, residência.
Brasil Central-BA	24,500	6,370	1,115	2,000	4,000	24,000	COACERAL-Cooperativa Agrícola do Cerrado Brasil Central	Desenbanco	1,800	Silos para grãos: 24.200 ton. Armazém para insumos: 3.000 m². Unidade de beneficiamento de sementes, balança para caminhão, escritório, residência.
Ana Terra-MT	15,860	3,900	690	1,000	2,000	22,000	(COOPERCANA) - Associação	BNCC/Banco do Brasil S/A	846	Silos e armazéns para grãos: 42.000 ton. Balança para caminhão: 60 ton. Secadora, escritório, residência.
Piuva-MT	12,420	3,100	540	1,000	2,000	28,000	COOPERLUCAS-Cooperativa Agropecuaria Lucas do Rio Verde	BEMAT/Banco do Brasil S/A,	2,160	Silos para grãos: 42.000 ton. Armazém para insumos: 1.020 m². mudas: 150.000 pés. Unidade de beneficiamento de sementes, balança para caminhão, escritório, residência.
II- Expansão	196,940	49,260	8,665	8,450	17,170	275,028			21,358 9,387	
Paracatu Entre Ribeiros II- MG	7,660	1,930	340	500	1,000	23,655	COOPERVAP-Cooperativa Agropecuaria do Vale do Paracatu	BDMG	3,000 373	utiliza-se da infra-estrutura do Entre Ribeiros I
Paracatu Entre Ribeiros III-MG	7,660	1,910	330	580	1,160	19,317	COOPERVAP-Cooperativa Agropecuaria do Vale do Paracatu	Banco do Brasil S/A	2,400 -	utiliza-se da infra-estrutura do Entre Ribeiros I
Paracatu Entre Ribeiros IV-MG	3,870	970	170	300	600	9,103	COOPERVAP-Cooperativa Agropecuaria do Vale do Paracatu	BNCC	1,140 60	utiliza-se da infra-estrutura do Entre Ribeiros I

Tabela 3.4.1 Valor de financiamento e efeito da produção esperada, por projeto (2/2)

Nome do Projeto/Estado	Produção (ton)	Produção (10³US\$)	Impostos Gerados	Empregos		Investiment (10³US\$)	Cooperativas participantes e sua substituição	Órgãos repassadores de recursos	Area de Irrigação	Infra-estrutura Agrícola e Rural
				Diret	Indir					
Guarda Mor-MG	20,170	5,030	880	1,000	2,000	24,350	(Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil Ltda.) OESTE MINEIRO	Banco do Brasil S/A	4,180 2,000	Silos para grãos: 18.000 ton. Unidade de beneficiamento de sementes: 50.000 sacas. Unidade de beneficiamento de café: 60 sc/h. Balança para caminhão, escritório e casa de funcionário
Bonfinópolis-MG	25,500	6,380	1,110	270	750	38,300	(Femecap-Federacao Meridional de Cooperativas Agropecuarias Ltda.) COANOR	BDMG	2,300 1,982	Silos para grãos: 37.850 ton. Armazém de insumos: 2.000 m². Balança para caminhão: 60 ton. Secadora, escritório.
Piratinga-MG	29,500	7,380	1,290	1,400	2,800	41,800	COOPERTINGA-Cooperativa Agropecuaria da Regiao de Piratinga Ltda.	Banco do Brasil S/A, BNCC	2,698 1,998	Silos para grãos: 39.000 ton. Armazém para sementes: 3.200 ton. Armazém para insumos: 1.750 m². Unidade de empacotamento de feijão: capacidade para 48.854 pacotes.
Buritis-MG	19,670	4,920	860	1,500	3,000	24,200	(Coopago-Cooperativa Agropecuaria do Planalto Goias Ltda.) COOACERTIS	Banco do Brasil S/A, BNCC	2,140 60	Silos para grãos: 25.920 ton. Unidade de beneficiamento de sementes: capacidade de beneficiamento: 5.000 ton. Armazém para insumos: 1.000 m². Balança para caminhão: 60 ton. Escritório e casa de funcionário: 5 casas.
Paineiras-GO	18,660	4,670	880	800	1,600	23,129	(Cocari-Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.) COACER	Bancodo Brasil S/A, BNCC	2,698 1,998	Silos de grãos: 96.100 ton. Unidade de beneficiamento de sementes. Unidade de beneficiamento de café.
Cristalina-GO	10,410	2,600	455	100	260	9,428	(Cocari-Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.) COACER	Banco do Brasil S/A	550	Utiliza-se da infra-estrutura de Paineiras.
Buriti Alto-GO	15,640	3,910	680	1,500	3,000	35,650	(Cooplac -Cooperativa Agropecuaria de Santo Antonio da Platina) COPACEN	Banco do Brasil S/A, BNCC	1,345 919	Silos e armazéns para grãos: 38.400 ton. Unidade de beneficiamento de sementes, armazém para insumos, oficina mecânica, escritório, residência.
Alvorada-MS	38,250	9,560	1,670	500	1,000	26,096	(Camas-Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul) COPDER	Banco do Brasil S/A	-	Silos e armazéns para grãos: 93.600 ton. Unidade de beneficiamento de sementes, armazém para insumos, secadora, balança para caminhão, escritório, residência.
PRODECER III - Piloto	171,190	32,970	5,027	680	1,360	118,000			4,100 1,520	
Gerais de Balsas-MA	84,390	19,310	2,978	330	660	60,000	BATAVO NOR.	Banco Nordeste	2,050 1,520	Silos e armazens de grãos
Pedro Afonso-TO	86,800	13,660	2,049	350	700	58,000	(Coopersan - Cooperativa Agropecuaria de São João de Boa Vista) COAPA	Banco do Brasil	2,05	
Total	667,940	132,775	22,592	19,130	38,330	573,058				

Fonte: 1) Dados e Informações Gerais, PRODECER, CAMPO, 2000 2) Número de Colonos por Projeto, CAMPO, 1999

3.4.2 RESULTADOS E EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PRODECER

(1) RESULTADOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Em maio de 1981, foi realizada a primeira colheita de soja do Prodec I. A Campo realiza desde então, levantamentos referentes à produção agrícola nos projetos. Esses levantamentos são baseados em entrevistas e informações coletadas nas cooperativas, sendo, portanto, considerados dados extra-oficiais. Mesmo assim, pode-se inferir tendências de produção dos projetos, ao longo do tempo.

A Tabela 3.4.2, demonstra a evolução da área de plantio e do volume de produção das principais culturas nos projetos do Prodec, em suas três fases.

Tabela 3.4.2. Evolução da área de plantio e volume de produção das principais culturas, no Prodec.

Ano	SOJA		MILHO		FEIJÃO		ARROZ	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod (t)	Área (ha)	Prod. (t)
81/82	18.977	22.240	447	1.164	-	-	970	1.620
82/83	23.620	39.661	700	2.129	-	-	3.119	6.206
83/84	22.941	34.254	1.200	3.299	451	671	3.285	2.154
84/85	27.072	57.635	3.004	10.891	264	470	4.467	7.629
85/86	21.553	43.627	6.344	27.834	-	-	4.888	7.301
86/87	32.544	50.086	12.277	49.219	-	-	15.325	13.199
87/88	68.475	114.934	13.812	65.997	198	136	22.907	28.392
88/89	128.777	208.238	13.060	56.704	1.079	2.103	4.433	6.632
89/90	133.231	135.857	15.900	49.013	2.540	3.549	2.668	3.141
90/91	94.216	201.706	28.569	109.636	7.924	11.162	16.899	25.443
91/92	98.978	192.959	31.328	115.097	5.082	5.080	22.904	30.749
92/93	106.382	209.277	15.305	48.012	380	526	12.777	49.736
93/94	105.016	240.637	28.403	149.024	1.369	2.232	4.110	6.704
94/95	107.850	237.901	31.520	165.950	5.832	9.617	4.611	8.785
95/96	90.347	185.032	28.919	146.006	3.353	6.397	1.605	3.678
96/97	92.940	196.935	30.958	165.447	4.101	7.568	6.785	12.185
97/98	112.675	259.842	25.817	137.808	6.166	10.528	6.943	13.529
98/99	94.504	231.662	25.726	141.818	9.594	14.144	11.192	30.273
99/00	96.679	257.274	33.622	210.087	9.280	20.176	8.924	30.234

Fonte: 1) Dados básicos dos Projetos Prodec, Campo, 2000.

2) Dados e Informações Gerais, Prodec, Campo, 1997, 1998, 2000.

Como se pode ver, as culturas principais do Prodec, por área plantada, são: soja, milho, feijão e arroz. Os preços da soja sofrem variação, principalmente, por influência dos preços internacionais, mas tem sido o eixo do sistema de plantio. Há projetos em que há grande número de equipamentos de irrigação, os quais têm propiciado a introdução de outras culturas, como café e, mais recentemente, algodão mas que, entretanto, não aparecem na tabela.

(2) EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, POR FASE DO PRODECER.

As metas de produtividade para as culturas de soja e milho, após alcançarem a estabilização, eram as seguintes:

Cultura	PRODECER I	PRODECER II	PRODECER III
Soja	2.200 kg/ha	2.200 kg/ha	3.000 kg/ha
Milho		3.500 kg/ha	6.000 kg/ha

Fonte:

Prodecer I e II: Plano Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola. Jadeco.

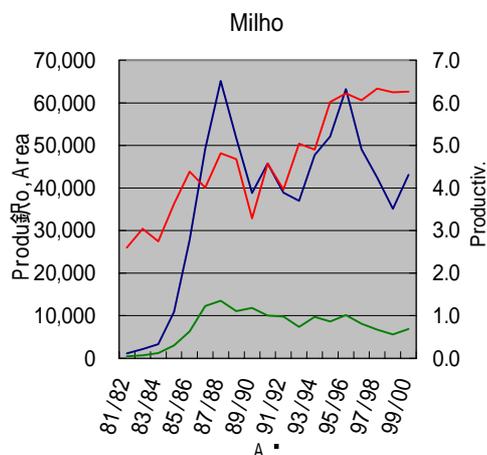
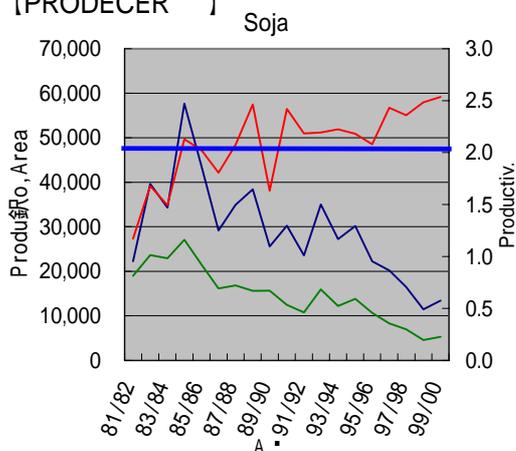
Prodecer III: Plano Conjunto Nipo-Brasileiro para o Prodecer Piloto III

Dados de informações gerais, Campo, 2000.

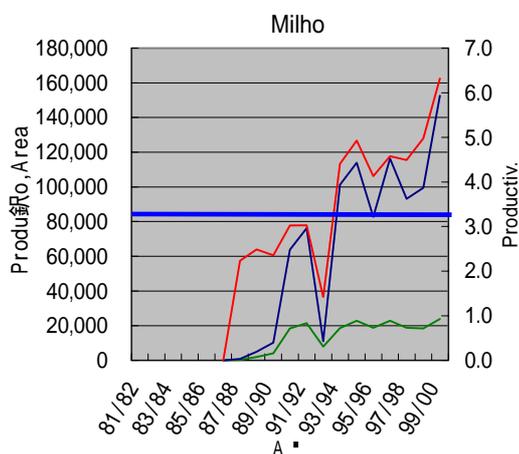
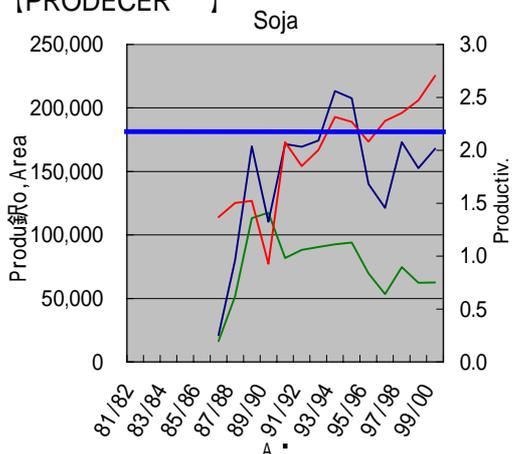
O Quadro 3.4.1 mostra a evolução anual do volume de produção, da produtividade e da área de plantio da soja e do milho que são as duas principais culturas do Prodecer. Como se pode observar, pela evolução anual nas Fases I e II as metas de produtividade inicialmente estabelecidas foram superadas. Na Fase III, as produtividades também estão com tendência de crescimento, ano a ano. No entanto, quando se comparam os projetos, nota-se, entre eles, grande diferença no volume de produção e na área de plantio.



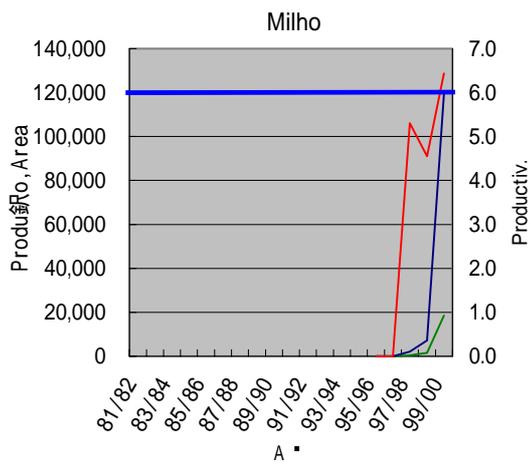
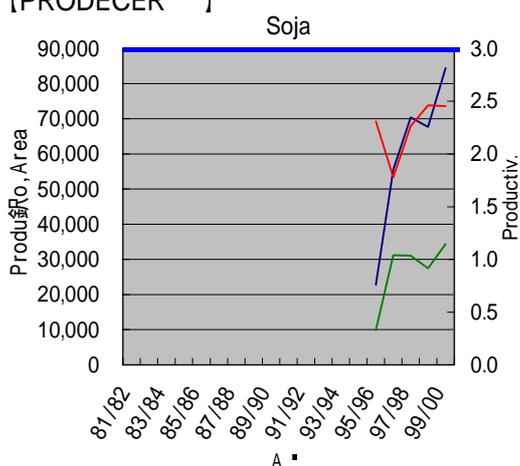
[PRODECER]



[PRODECER]



[PRODECER]



Quadro 3.4.1. Evolução anual da área de plantio, volume de produção e produtividade das principais culturas, por fase do Prodecper.

3.5 OUTROS ASPECTOS DO PRODECER

Para a elaboração deste Estudo de Impacto, foram realizadas visitas e levantamentos in loco, em 10 dos 21 projetos implantados, conforme relação abaixo:

- Prodecer I: Projetos Mundo Novo e Iraí de Minas.*
*Prodecer II: Projetos Piúva, Ouro Verde, Brasil Central, Cristalina,
Paineiras e Bonfinópolis.*
Prodecer III: Projetos Gerais de Balsas e Pedro Afonso.

Neste item, procura-se informar alguns aspectos relevantes sobre os projetos, a partir das informações obtidas da análise dos dados coletados, nas entrevistas realizadas com os produtores e cooperativas relacionadas.

3.5.1 ASPECTOS EDAFO-CLIMÁTICOS

As características naturais (altitude, temperatura, precipitação, solo, topografia e vegetação original predominante) dos projetos do Prodecer estão apresentados na Tabela 3.5.1 a seguir.

Todas as áreas estão, evidentemente, na Região dos Cerrados e, portanto, seus solos apresentam forte acidez. Esses solos são, predominantemente, classificados como latossolos. Quimicamente, há carência de nutrientes e, portanto, a fertilidade natural é baixa, mas sua estrutura física, no geral, é uma característica favorável. Os produtores têm feito, constantemente, correção de solo com a aplicação de calcário e, inicialmente, com adubos fosfatados.

A média pluviométrica anual nos projetos do Prodecer é de 1.350 mm. Há períodos bem distintos de estiagem (abril a setembro) e de chuva (outubro a março), com a concentração quase total das precipitações nos períodos da chuva. Há a ocorrência de um fenômeno peculiar, denominado “veranico”, que se caracteriza por períodos de estiagem de 5 a 20 dias, durante o período da chuva. O grau de danos do veranico varia, principalmente com a duração e as características do solo da região. Os danos decorrentes de desastres naturais como a seca e a geada, e a frequência com que ocorrem, variam muito de projeto para projeto, sendo a geada, bastante rara. A implantação da infra-estrutura necessária à instalação de equipamentos de irrigação também não é uniforme nos projetos do Prodecer. Essas diferenças nas condições naturais, e nas condições para produção entre os projetos explicam, de certa forma, as diferenças no volume de produção e na produtividade entre eles, como já se viu no Quadro 3.4.1.

Tabela 3.5.1. Condições naturais (altitude, temperatura, precipitação, solo, vegetação) dos Projetos do Prodecer.

Informações Edafoclimáticas dos Projetos-Pilotos I, II e III

Cidade/Projeto	Altit. (m)	Temp. Média (°C)	Precip. Média Anual (mm)	Solo	Relevo	Vegetação
Balsas – MA	540	24° a 25°	1.216,7	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerrado
P.C. GEBAL				Verm.-Amarelo		
P. Afonso – TO	240	26,1°	1.593,5	Latossolo	Suave Ondulado (3 - 8%)	Cerrado
P.C. P. Afonso				Verm.-Amarelo		
Tapurah – MT	400	25,2°	1.619,8	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerradão
P.C. Ana Terra				Verm.-Amarelo		
Lucas R. Verde – MT	430	25,2°	1.619,8	Latossolo	Plano (0 - 3%)	CAMPO Cerrado
P.C. Piúva				Verm.-Amarelo		
Barreiras – BA	800	24,3°	1.121,8	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerrado
P.C. Ouro Verde				Verm.-Amarelo		
Formosa do R. P. – BA	735	24,3°	1.121,8	Latossolo	Plano (0 - 3%)	CAMPO Cerrado
P.C. Brasil Central				Verm.-Amarelo		
Iraí de Minas - MG	1.000	20,4°	1.574,7	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Iraí de Minas				Verm.-Escuro		
Coromandel - MG	1.140	21,1°	1.474,4	Latossolo	Suave Ondulado (3 - 8%)	Cerradão
P.C. Coromandel				Verm.-Escuro		
Paracatu – MG	1.000	22,6°	1.438,7	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Mundo Novo				Verm.-Escuro		

Informações Edafoclimáticas dos projetos do Prodecer Expansão

Cidade/Projeto	Altitude (m)	Temp. Média (°C)	Precip. Média Anual (mm)	Solo	Relevo	Vegetação
Paracatu – MG	530	22° a 24°	1.200,0	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerrado
P.C. PER II				Verm.-Amarelo		
Paracatu – MG	530	22° a 24°	1.200,0	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerrado
P.C. PER III				Verm.-Amarelo		
Paracatu – MG	530	22° a 24°	1.200,0	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerradão
P.C. PER IV				Verm.-Amarelo		
Guarda-Mor - MG	1.020	20° a 22°	1.500,0	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Guarda Mor				Verm.-Amarelo		
Bonfinópolis - MG	900	22° a 24°	1.300,0	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Bonfinópolis				Verm.-Amarelo		
Formoso – MG	1.000	22° a 24°	1.400,0	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Piratinga				Verm.-Amarelo		
Buritís – MG	900	22° a 24°	1.400,0	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Buritís				Verm.-Amarelo		
Cristalina - GO	950	20° a 22°	1.500,0	Latossolo	Plano e Suave Ondulado (0 - 8%)	Cerrado
P.C. Paineiras				Verm.-Escuro		
Cristalina - GO	930	20° a 22°	1.500,0	Latossolo	Suave Ondulado (3 - 8%)	Cerrado
P.C. Cristalina				Verm.-Escuro		
São J. D'Aliança - GO	1.000	22° a 24°	1.500,0	Latossolo	Suave Ondulado (3 - 8%)	Cerrado
P.C. Buriti Alto				Verm.-Escuro		
Camapuã - MS	650	20° a 22°	1.400,0	Latossolo	Plano (0 - 3%)	Cerrado
P.C. Alvorada				Verm.-Amarelo		

Fonte: CAMPO, 2000

3.5.2 LOTES E PRODUTORES

A área média dos lotes é de 400 ha no Prodecer Piloto I; 410 ha no Prodecer Piloto II e 350 ha no Prodecer Expansão. No Prodecer III, a área média de cada lote é de mais do dobro das fases anteriores, com mil hectares.

Todos os projetos obedeceram rigorosamente à legislação ambiental da época, e que em alguns deles foram observados cuidados adicionais de preservação. No Prodecer III a área preservada é de 50%. Nas demais fases são de, no mínimo, 20%. As reservas, além da sua importância sob o ponto de vista da preservação do meio ambiente, têm influência na atividade agrícola pois protegem os mananciais e os solos da erosão. Em vários projetos foi adotada a reserva de forma coletiva, em condomínio, objetivando uma melhor preservação dos recursos naturais. Além disso, medidas compulsórias foram adotadas para manter a produção sustentável, tais como a construção de curvas de nível, rotação de culturas, etc., além de outras já bem difundidas atualmente, como o plantio direto, manejo integrado de pragas, destinação correta das embalagens de defensivos agrícolas, etc.

Ao longo do tempo, foram ocorrendo mudanças nos titulares dos lotes. A Tabela 3.5.2 mostra essas variações, pela comparação entre os produtores inicialmente assentados e a situação atual. A coluna “número de produtores que permanecem” indica aqueles produtores que se mantêm no projeto, desde o início.

Tabela 3.5.2. Número de produtores assentados no início do projeto; substituições de titulares e percentuais.

	Nº Produtores Assentados	Nº Produtores que permanecem	Substituídos	
			Quant	%
Prodecer I Piloto ¹				
Mundo Novo	48	22	26	55
Iraí de Minas	26	15	11	43
Coromandel	18	6	12	67
Subtotal	92	43	49	54
(Entre Ribeiros I) ²	(41)	(32)	(9)	(22)
Prodecer II Piloto				
Ouro Verde	48	36	8	25
Brasil Central	38	36	2	6
Ana Terra	40	40	0	0
Piúva	39	33	6	16
Subtotal	165	145	20	23
Prodecer II Expansão ³				
Entre Ribeiros II	28	18	10	36
Entre Ribeiros III	20	15	5	25
Entre Ribeiros IV	10	10	0	0
Guarda Mor	37	27	10	38
Bonfinópolis	49	34	15	31
Piratinga	53	45	8	26
Buritis	42	25	20	41
Paineiras	29	27	2	7
Cristalina	16	15	1	7
Buriti Alto	40	28	12	30
Alvorada	56	34	22	40
Subtotal	380	278	102	27
Prodecer III Piloto				
Gerais de Balsas	40	40	0	0
Pedro Afonso	40	40	0	0
Subtotal	80	80	0	0
Total Geral	717	466	251	35

¹: Nos Projetos-Piloto os números são baseados nas entrevistas realizadas nas cooperativas durante visitas in loco, e nos dados da Campo.

²: O Projeto de Colonização Entre Ribeiros I foi realizado isoladamente pelo governo brasileiro, com base na concepção do Prodecer, no momento imediatamente posterior ao término do Prodecer I. Os produtores e suas alterações não foram incluídos nos totais deste quadro.

³: Os dados do Prodecer Expansão baseiam-se no relatório "Final Report on Special Assistance for Project Sustainability on Cerrados Agriculturas Development Cooperation Project, OECF, 1999".

Os produtores que entraram nos projetos na fase de implantação são em número de 717 famílias. Até hoje, 251 deles deixaram os projetos, tendo sido seus lotes repassados a outros agricultores. As principais causas destas desistências foram as dificuldades financeiras e a inadimplência junto aos bancos financiadores. Também influíram fortemente nessa situação, a atuação das cooperativas e a presença de lideranças mais pró-ativas entre os produtores, na busca de soluções para suas dificuldades e problemas

na condução das atividades agrícolas e na negociação das dívidas e de novos recursos.

Os produtores iniciais desistentes transferiram seus lotes para outros produtores. Em alguns casos, colegas do próprio projeto. De qualquer forma, praticamente todas as áreas têm sido continuamente utilizadas na produção, podendo-se notar um alto índice de uso. Assim, praticamente não existem lotes abandonados ou não utilizados após a desistência do produtor inicial.

No Brasil, vários outros projetos de assentamento têm sido executados, especialmente a partir da década de 70, nas fronteiras agrícolas – alguns na Região dos Cerrados. Em sua maioria, visam atender a pequenos agricultores. No entanto, há alto índice de desistência, tornando difícil a manutenção do próprio projeto, além de trazer problemas ambientais com a degradação das terras após abandono da área cultivada pelo colono desistente. Além disso, em muitos casos, as condições sociais básicas de vida e de infraestrutura de produção são inferiores às oferecidas pelo Prodec, bem como a existência de grandes dificuldades na obtenção de recursos para custeio, falta de estrutura para o desenvolvimento da tecnologia agrícola adequada e nível deficiente de assistência técnica e extensão rural.

Essas constatações, bem como o nível de substituição de produtores do Prodec, comprovam as dificuldades para a consolidação de projetos com o objetivo de abrir fronteiras agrícolas pelo método de colonização e assentamento na Região dos Cerrados.

3.5.3 A ADMINISTRAÇÃO RURAL

As características da administração rural dos projetos, levantadas pelas entrevistas realizadas com os produtores e as cooperativas, estão resumidas na Tabela 3.5.3 a seguir.

ÁREAS DO PRODECER I

A área média dos lotes desta fase do Prodec no momento da sua implantação foi de 400 ha. No entanto, existem produtores que ampliaram suas áreas, adquirindo novos lotes ou áreas fora do projeto. Os cinco produtores dessa fase, que foram entrevistados, têm em média mil hectares. A área plantada é de, aproximadamente, 800 a 900 ha onde, além da produção de soja e milho, estão ampliando a cultura do café. Além disso, existem produtores que, apesar de não terem aumentado a sua área, vêm aumentando sua rentabilidade pela introdução de culturas mais rentáveis, além das culturas tradicionais.

O ponto em comum entre os produtores desta fase é que a maioria tem procurado implantar a irrigação por meio de pivô central. A introdução do equipamento de

irrigação tem possibilitado a redução dos danos provocados pelo veranico e facilitado a consolidação do sistema de rotação de culturas, trazendo como resultado a sua diversificação. Outro ponto importante é o forte crescimento da adoção da técnica de plantio direto, que além de reduzir o custo de produção por causa das despesas com máquinas agrícolas, protege o solo da erosão e favorece o desenvolvimento da atividade microbológica, o aumento do teor de matéria orgânica e a retenção de água no solo.

ÁREAS DO PRODECER II

Nesta fase, foi planejada maior diversificação de culturas, especialmente as perenes (fruteiras e seringueira). Pela própria dimensão desta fase, as situações são bastante diversas, porém, é possível identificar algumas estratificações. Inicialmente podemos dividir os produtores em dois grandes grupos: aqueles que aumentaram a sua área (média de 800 ha), e os que mantiveram inalteradas as áreas de sua propriedade (300 a 400 ha). Além disso, observando esses grupos, podemos subdividi-los, ainda, em três tipos:

- Tipo 1: Projetos sem equipamentos de irrigação onde há dificuldades na produção agrícola de sequeiro (Entre Ribeiros II, III e IV);*
- Tipo 2: Projetos onde a tecnologia aplicada só viabilizou a produção de grãos (Buritis, Buriti Alto, Alvorada, entre outros) e;*
- Tipo 3: Projetos onde tem havido tentativas com sucesso, na diversificação de culturas (especialmente Ouro Verde, Bonfinópolis, Guarda Mor, Cristalina e Paineiras).*

Na busca da diversificação das culturas, há, além da influência de ter ou não equipamentos de irrigação (onde o principal fator determinante é, obviamente, a disponibilidade hídrica), outros fatores limitantes como a distância entre a propriedade e o centro consumidor e/ou o parque agroindustrial e a qualidade das vias de transporte. As principais alternativas adotadas são: café, feijão, alho, cebola, ervilha, frutas, etc., sob irrigação, e o algodão, em condições de sequeiro.

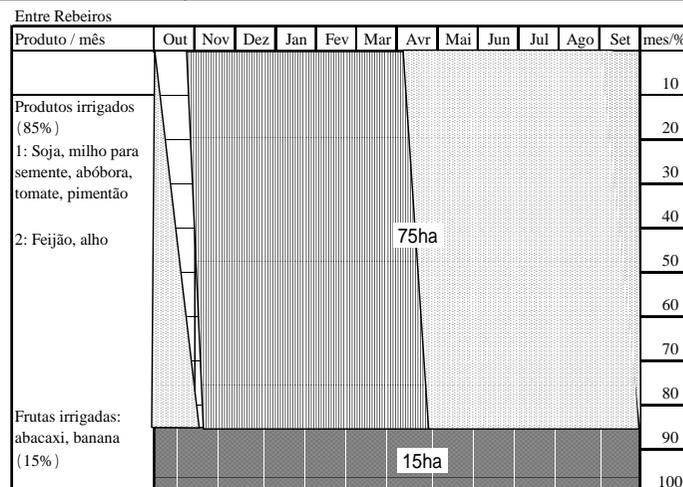
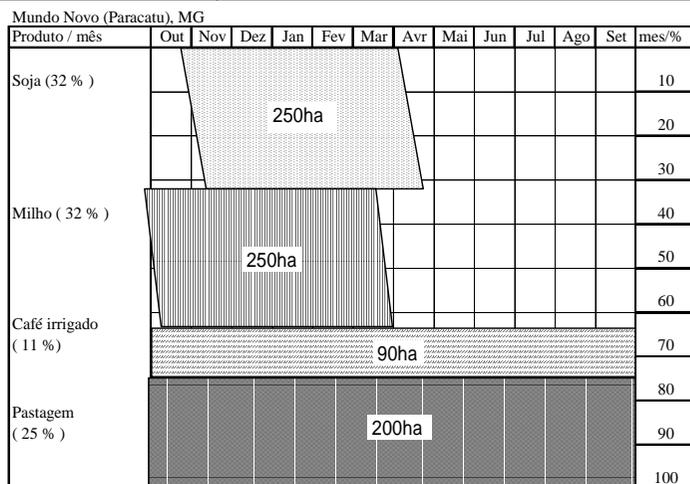
ÁREAS DO PRODECER III

O planejamento para esta fase previa a instalação de equipamentos de irrigação e culturas perenes em todos os lotes. No entanto, ainda hoje não se alcançou essa meta, frustrando a busca da diversificação de produção em alguns deles. Onde já foi possível a instalação desses equipamentos, estão sendo produzidos principalmente abacaxi e banana, além de feijão e soja para sementes.

Tabela .3.5.3.(1) Características de administração rural nos projetos do Prodecer I

PRODECER I MG	Mundo Novo (MG) (Paracatu, média de dois agricultores entrevistados)	Entre Ribeiros (MG) (Paracatu, média de tres agricultores entrevistados)
Superfície da propriedade	800 - 1.000ha	300ha
Superfície cultivada	800 - 900ha	120ha (somente irrigado)
Principais produtos	soja, milho, café(irrigado), feijão	soja, milho para semente, abóbora, tomate, pimentão, feijão, alho
Outros produtos cultivados	melancia e algodão. (cultivado 6.000-7.000 ha de algodão em toda a área de Paracatu)	abacaxi, banana, alho (abril - outubro), cenoura, batata
Reserva	200ha	60ha
Produtividade	soja 2.5 - 3.5 t (de 40 - 60 até 70 sacas / ha) milho 8-9t/ha café 27-28 sacos / ha (sem irrigação) , 75 sacas / ha (irrigado)	Soja 3.0 t / ha, tomate 60 t (cultura com contrato), todos produtos são cultivados com pivô central.
Plantio direto, rotação	Plantio direto executado por mais de 50 % de agricultores. Rotação soja e milho.	Rotação soja e milho
Máquina agrícola	03 - 05 tratores, 01 colheitadeira	-
Equipamento de irrigação	Pivô central para cultura de café (1-2 conjuntos)	Pivô central 3.000 ha em um total de 10.300ha da area de assentamento.
" Soja Verde "	Condições de financiamento variam anualmente. Valor de venda para Cargill e Ceval(dezembro, 2000) soja US\$9,5 / saca, milho R\$8-9 / saca	Condições de financiamento variam anualmente. Valor de venda para Cargill e Ceval(dezembro, 2000) milho R\$ 10 - 11,5 / saca
Dívida	-	-
Condição natural	Ocorrência de veranico, precipitação anual de 1.200mm, altitude: 900 m	Ocorre veranico com frequência, altitude: 500-800m

3 - 30

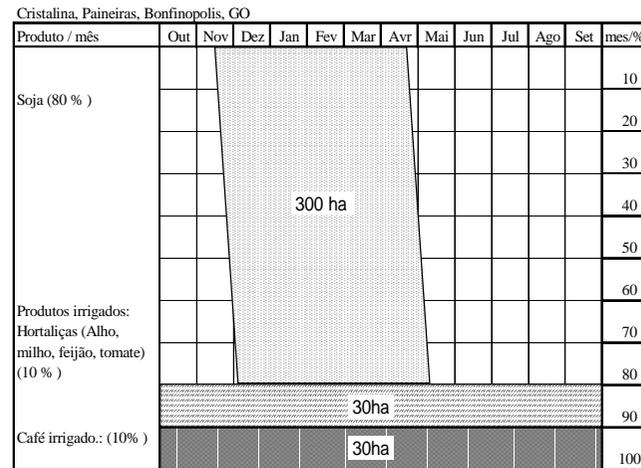
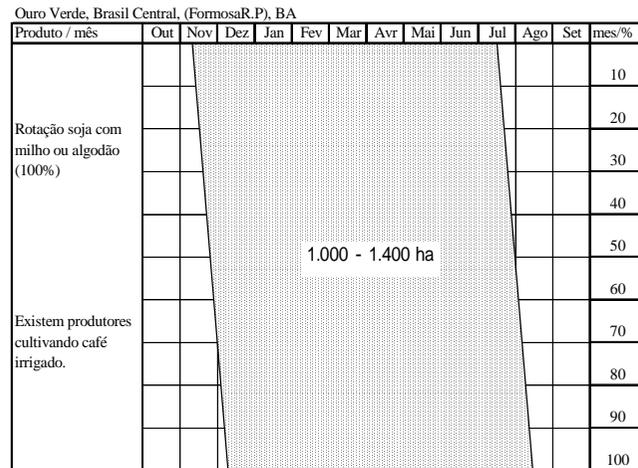


Fonte: Dados levantados pelo estudo

Tabela .3.5.3.(2) Características de administração rural nos projetos do PRODECER II

PRODECER II BA, MT, MS, GO, MG	Ouro Verde, Brasil Central, Bahia, (Formosa R.P) Média de três agricultores entrevistados.	Cristalina, Paineiras (GO) Bonfinópolis (MG) Média de dois agricultores entrevistados.
Superfície da propriedade	815 ha (média)	600-1.000ha (80 %)
Superfície cultivada	1.000 - 1.400 ha (entrevistados)	350-400ha (média)
Principais produtos	soja, milho, algodão, café (irrigado), feijão	soja, milho, hortaliça irrigada, café irrigado, algodão, feijão
Outros produtos cultivados	banana, outras frutas	cebola, abóbora, melancia, alho
Reserva	190 ha (média)	80ha
Produtividade	soja 50-63 sacas / ha milho 54 sacas / ha café (irrigado), 60-99 sacas / ha (média de 12 sacas / ha no Brasil.)	soja 3.0 t / ha, tomate 60 t (cultivo com contrato). Todos produtos são cultivados com pivô central.
Plantio direto, rotação	Rotação (soja - milho), Estudo experimental demonstrativo realizado junto com a Embrapa	Rotação (soja - milho)
Máquina agrícola	Silo 25.200 t; Armazem	Unidade de processamento de sementes e café em coco, silos, etc.
Equipamento de irrigação	Pivô central para cultura de café irrigado (1 a 2 pivôs)	Quase todos os agricultores possuem pivô central (Cristalina e Paineiras)
" Soja Verde "	Condições de financiamento variam anualmente. Utilizado por 80% dos assentados no PRODECER	Condição de financiamento variam anualmente. O valor do adiantamento por produtor em média de US\$40.000,00 é insuficiente, sendo necessário tomar empréstimos de companhias de fertilizantes, juros entre 34 - 40 %
Dívida	R\$ 700 - 1200 mil / pessoa (Dívida de financiamento do PRODECER.)	R\$ 1.000 - 2.000 mil / pessoa (Dívida de financiamento do PRODECER.)
Condição natural	Estação de chuva: de outubro a abril, Ocorrência de veranico	Estação de chuva: de outubro a março

3 - 31

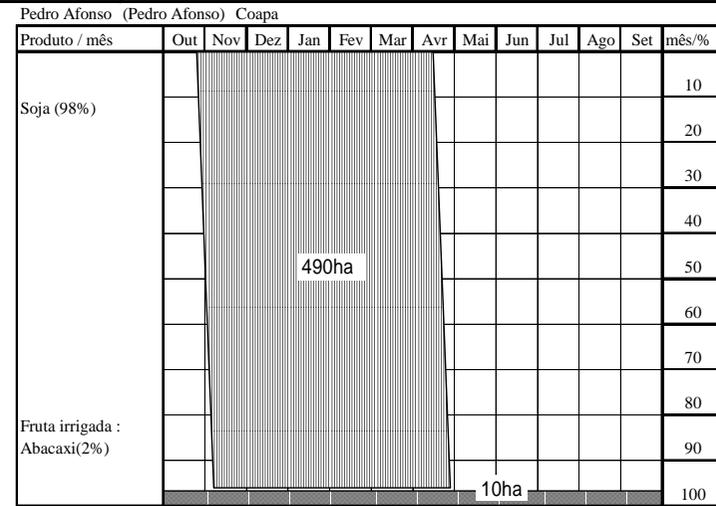
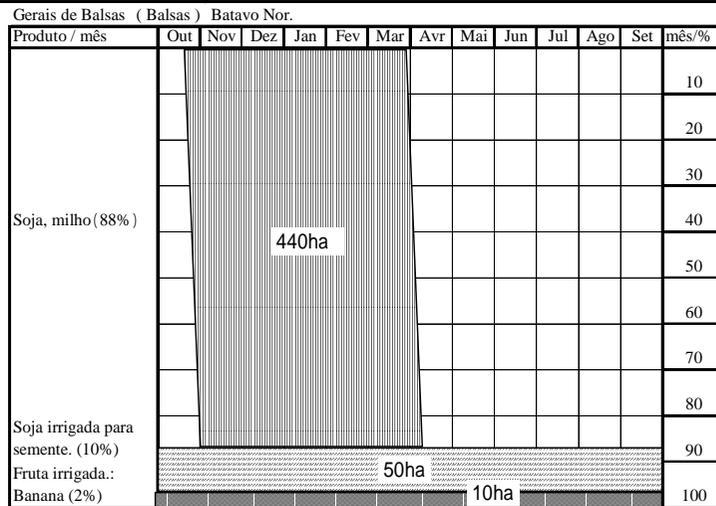


Fonte: Dados levantados pelo estudo

Tabela 3.5.3.(3) Características de administração rural nos projetos do PRODECER III

PRODECER III Tocantins, Maranhão	Gerais de Balsas (MA) (Balsas) Entrevista na cooperativa Batavo Nor. (Média do Projeto)	Pedro Afonso (TO) (Pedro Afonso) Entrevista na cooperativa Coapa (Média do Projeto)
Superfície da propriedade	1,000ha	1.000 ha
Superfície cultivada	500ha	500 ha
Principais produtos	soja, milho, banana, arroz	soja
Outros produtos cultivados	café	cultura experimental de abacaxi
Reserva	500 ha	500 ha
Produtividade	soja 45 - 55 sacas / ha milho 90 - 100 sacas / ha arroz 50 sacas / ha	soja 45 - 50 sacas / ha
Plantio direto, rotação	Plantio direto executado intensamente	Plantio direto executado em 80% da área cultivada.
Máquina agrícola	05 silos de 6,000t, 04 silos de 10,000t	10 silos de 6,000t e 01 secador cooperativa e 07 tratores e 02 colheitadeiras (assentados)
Equipamento de irrigação " Soja Verde "	Pivô central foi instalado em 26 dos 41 lotes Condição de financiamento variam anualmente. Valor de venda para Cargill e Ceval(dezembro de 2000). Toda a área com soja.	Ainda não foi concluindo a instalação dos equipamentos de irrigação. Condições de financiamento variam anualmente. Valor de venda para Cargill e Ceval: (agosto / 2001), Contrato de US\$ 180 / ha (fertilizante, semente, combustível)
Dívida	Dívida de R\$2.000 a 3.000 mil / família	Dívida de R\$ 1.700 a 1.800 mil / família.
Condição natural	Estação de chuva: de outubro a março	Estação de chuva: de outubro a março

3
1
3



Fonte: Dados levantados pelo estudo

3.5.4 ENDIVIDAMENTO DOS MUTUÁRIOS DO PRODECER

(1) PROBLEMAS DE ENDÍVIDAMENTO

No Capítulo 2 já se discorreu sobre a situação e desenvolvimento da agricultura nos últimos anos. Entretanto, é importante registrar, sem maior aprofundamento, mesmo porque não é objeto deste estudo, a forte crise ocorrida especialmente a partir de meados da década de 80, com graves reflexos no setor cooperativista que, nos anos subseqüentes, provocou, e tem reflexos até hoje, um impressionante desmantelamento desse segmento, levando ao desaparecimento e desativação de inúmeras cooperativas de produção do País, independentemente de seu tamanho e tradição. Tal registro se faz para evitar qualquer especulação de que o Prodecer possa ter sido causa das dificuldades por que passou a maioria das cooperativas participantes do Programa, quando na realidade, em alguns casos, ocorreu exatamente o contrário, ou seja, buscou-se o Programa como tentativa de solução para essas dificuldades.

O Prodecer foi um programa de abertura de fronteiras agrícolas nos Cerrados que, pela sua própria característica, necessitou de grande volume de recursos para investimentos. Todos os produtores obtiveram a maior parte desses recursos iniciais por meio de financiamentos. Hoje, à exceção dos produtores do Prodecer I, e algumas poucas exceções, os demais estão trabalhando em situação de alto endividamento e na maioria, inadimplentes quanto aos financiamentos do Programa. A principal causa dessa situação, que afeta muitos outros agricultores brasileiros, foram os altos níveis dos encargos financeiros decorrentes da conjuntura macroeconômica do País, durante boa parte do período de execução dos projetos.

Esta inadimplência tem ainda impossibilitado o acesso a recursos junto às instituições financeiras que atuam no crédito agrícola oficial, com juros mais baixos, para financiar o custeio da sua produção. Assim, a maioria dos produtores nessa situação, onde se incluem os do Prodecer, se obrigam a utilizar recursos com custos mais elevados, especialmente os conhecidos como “soja verde”, provenientes, principalmente, de empresas multinacionais que atuam no comércio de grãos.

Pode-se afirmar, sem muita margem de erro, que, hoje, os financiamentos para o custeio dos produtores são fortemente dependentes destas empresas.

(2) SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO, POR PROJETO

Aqui, procurou-se resumir e atualizar a situação de endividamento, por projeto, baseando-se na análise dos dados obtidos nas entrevistas com produtores e cooperativas, consultas aos agentes financeiros e dados obtidos na Campo.

Prodecer I

Foi iniciado numa fase de relativa estabilidade macroeconômica do País, e teve condições de financiamento favorecidas. Os juros eram relativamente baixos, semelhantes aos vigentes à época, porém sem indexadores financeiros, que proporcionaram, após alguns anos, subsídios ao crédito, levando quase todos os produtores a quitarem totalmente seus financiamentos, antes mesmo do vencimento.

Projeto	Situação de Endividamento: Produtores e Cooperativas
Mundo Novo	Neste projeto, a Cooperativa Agrícola de Cotia – CAC – foi, inicialmente, a responsável pela implantação do projeto. Após sua liquidação, foi sucedida pela Coopernovo, criada pelos antigos cooperados da CAC na região, e que desempenha as atividades de apoio à produção agrícola dos produtores do Prodecer. Neste projeto, foram realizados, após o término do Prodecer I, financiamentos para correção do solo com recursos do Prodecer II, por intermédio do Banco do Brasil. Como o valor do financiamento foi pequeno, os produtores conseguiram renegociar essas dívidas pelo plano de securitização, não tendo casos de inadimplência
Iraí de Minas	Não há endividamento dos produtores com recursos do Programa. A Copamil, que substituiu de forma consensual a Cosuel, com recursos do Prodecer II repassados pelo BDMG, na tentativa de ampliar suas atividades, construiu novas instalações em outra localidade. O sucesso dessa iniciativa não foi o esperado e as dívidas tiveram que ser reescaloadas por causa das dificuldades financeiras da cooperativa (o valor da dívida atual está por volta de R\$ 6 a 7 milhões). A Copamil mantém negociações com o banco e com outras cooperativas interessadas na aquisição dessas novas instalações, que estão atualmente alugadas.
Coromandel	Não há endividamento com recursos do PRODECER. Não foram implantadas infra-estruturas coletivas, nem tampouco existiu, desde o início, cooperativa para dar apoio aos produtores. À época, eles criaram uma associação, que está inativa já há algum tempo.
Entre Ribeiros I	Foi um projeto executado somente com recursos brasileiros, com a participação e apoio da Coopervap, e o BDMG como agente financeiro. Após a implantação do projeto, houve concessão de financiamentos com recursos do Prodecer II. Atualmente estas dívidas, cujo saldo devedor chega ao valor de R\$ 25,5 milhões, estão sendo renegociadas com o BDMG. Além disso, existiriam inadimplências em financiamentos Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação – Profir –, junto ao mesmo banco.

PRODECER II

O Prodecer II foi implantado num período de grande conturbação no ambiente econômico do País, com a sucessiva introdução e alteração de planos econômicos, conjugados com altos encargos financeiros nos financiamentos. Estes encargos (juros mais correção monetária) atingiram diretamente os produtores do Prodecer, provocando crescente endividamento. Mesmo passados mais de 10 anos da conscientização geral desses problemas, ainda hoje, com pequena exceção, não foram encontrados mecanismos de solução, apesar das exaustivas tentativas.

PRODECER PILOTO II

Projeto	Situação de endividamento: produtores e cooperativas
Ouro Verde	Os recursos foram repassados pelo Banco do Brasil e a Cooperativa Agrícola de Cotia foi a participante. Os produtores estão na expectativa de negociações com o Banco do Brasil. As estruturas da cooperativa foram financiadas pelo mesmo Banco. Uma delas foi vendida a uma multinacional de grãos. As outras duas são, atualmente, administradas pela Cooperativa Agrícola do Oeste Baiano – Cooproeste –, que sucedeu a CAC, após sua liquidação.
Brasil Central	Os recursos foram financiados pelo Banco de Desenvolvimento da Bahia – Desenbanco. Tanto a Coaceral como os produtores não têm pago as suas dívidas. No entanto, até o momento, o banco ainda não tomou medidas judiciais contra os devedores.
Ana Terra	O órgão repassador de recursos foi o Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC – e a cooperativa participante foi a Coopercana. O BNCC entrou em liquidação em 1989, e a Coopercana pouco tempo depois. A Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda assumiu as operações do BNCC, e após algumas negociações, sem sucesso, executou judicialmente todos os produtores. Essa é a situação atual. As estruturas da cooperativa estão alugadas para uma empresa particular. Foi criada uma nova cooperativa, sem sucesso, e posteriormente uma associação, que somente atua na defesa dos interesses dos produtores, no âmbito judicial.
Piúva	O órgão repassador de recurso foi o Banco do Estado do Mato Grosso, – Bemat – que foi liquidado. A dívida dos produtores, após a liquidação, foi renegociada com o liquidante, reduzindo as dívidas até o valor patrimonial da propriedade e dando um novo prazo de pagamento (20 anos), pelo sistema da “equivalência produto” (milho). Os produtores estão cumprindo suas obrigações e alguns já pensam em antecipar algumas parcelas. Com o acordo, a situação dos produtores normalizou-se, tornando possível o acesso aos créditos agrícolas oficiais. É o único caso, das Fases II e III, em que a situação do endividamento está equacionada. A cooperativa participante foi a Cooperlucas, que continua prestando alguns serviços aos produtores. Entretanto, sua infra-estrutura foi financiada pelo Banco do Brasil, e não teve os benefícios acima. Além disso, foram contraídas muitas dívidas, além daquelas provenientes de recursos do Prodecer, para expandir suas instalações, chegando a mais de US\$ 200 milhões, segundo os cálculos dos Bancos. Está, portanto, em situação financeira muito difícil.

PROJETO EXPANSÃO II

Projeto	Situação de endividamento: produtores e cooperativas
Entre Ribeiros II, III e IV.	Este projeto foi implantado com o apoio da Cooperativa Agrícola do Vale do Paracatu – Coopervap. Foram implantados, sucessivamente, Entre Ribeiros II, III e IV. O banco repassador de recurso foi o BDMG no II, Banco do Brasil no III e o BNCC no IV, que foi transferido, após a sua liquidação, para a STN/MF, como o PC Ana Terra. As dívidas da Coopervap aos bancos estão renegociadas e os pagamentos estão em dia. Os produtores estão nas seguintes condições: Entre Ribeiros II: os produtores securitizaram parte da dívida. A outra parte está sendo negociada com o BDMG na busca de soluções. Entre Ribeiros III: dez produtores estão respondendo, atualmente, processo de execução judicial movido pelo Banco do Brasil; os demais esperam renegociar. Entre Ribeiros IV: como no caso do PC Ana Terra, foram todos executados e discutem judicialmente a situação.
Guarda Mor	O banco repassador foi o Banco do Brasil. A cooperativa responsável, a Sul Brasil, já foi liquidada. A Cooperativa Agrícola do Oeste Mineiro – Oestemineiro – sucedeu-a integralmente, utilizando-se das estruturas recebidas da cooperativa anterior.

	<p>Atualmente, 70% dos produtores estão sendo executados e os restantes aguardando resultados de negociação com o banco.</p> <p>onze produtores já venderam seus lotes pelo preço de mercado, com anuência do banco. A diferença entre o valor apurado com a venda do lote e o valor do saldo devedor junto ao banco continua pesando no cadastro do devedor original.</p>
Bonfinópolis	<p>O agente financeiro foi o BDMG e a cooperativa Federação Meridional das Cooperativas Agropecuárias – Femecap.</p> <p>A Femecap está, atualmente, inativa. A Coanor a substituiu e está prestando serviços de apoio aos produtores, tendo alugado as suas infra-estruturas.</p> <p>As dívidas dos produtores estão sendo objeto de negociação com o banco para um novo ajuste no saldo devedor, não tendo, ainda, casos de execução judicial.</p>
Piratinga	<p>A Coopertinga – que foi criada pela Coopa/DF pouco tempo após o início do projeto – foi praticamente a responsável por sua implantação e pela construção das benfeitorias com recursos financiados pelo Banco do Brasil e BNCC.</p> <p>A parte do BNCC está sob disputa judicial. A parte do Banco do Brasil vem sendo negociada permanentemente. As dívidas dos produtores – financiados exclusivamente pelo Banco do Brasil – foram renegociadas, no passado, tendo sido aditados os contratos de forma que os produtores pagassem parcelas anuais calculadas de acordo com a sua capacidade de pagamento, até o ano 2004. O saldo remanescente seria pago, em 2004, de uma só vez. Diante da impossibilidade de assumir esse compromisso, as negociações estão sendo retomadas.</p>
Buritis	<p>O Banco do Brasil foi o agente financeiro. A Coopago prestou serviços de apoio e orientação aos produtores, mas foi liquidada poucos anos depois de iniciado o projeto.</p> <p>O Banco tem incentivado os produtores a venderem seus lotes para o pagamento da dívida. As estruturas da cooperativa foram leiloadas, sendo, atualmente, de propriedade da multinacional de grãos ADM.</p>
Paineiras	<p>O banco repassador foi o Banco do Brasil. A Cooperativa Agropecuária dos Cerrados – Coacer – sucedeu a Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari – Cocari. As estruturas foram financiadas pelo Banco do Brasil e BNCC. A Coacer alugou-as da Cocari que renegociou toda a sua dívida, e vem cumprindo seus compromissos com os bancos. Tem ocorrido, entretanto, fortes desentendimentos entre as duas cooperativas.</p> <p>A maioria dos produtores entraram na justiça contra o banco discutindo o método de cálculo dos encargos e exigindo o rebate no saldo devedor.</p>
Cristalina	<p>Foi implantado praticamente como uma expansão do Projeto Paineiras. O banco repassador foi o Banco do Brasil e a situação atual do endividamento é semelhante à do projeto Paineiras.</p>
Buriti Alto	<p>O banco repassador foi o Banco do Brasil. Os produtores são atendidos pela mesma agência do banco que atendeu o projeto Piratinga.</p> <p>A cooperativa inicial foi a Coplac que construiu sua estrutura com recursos repassados pelo BNCC. Foi sucedida pela Coopacen, que recebeu as instalações e as dívidas da sua antecessora, e as discute judicialmente.</p> <p>A situação dos produtores é praticamente idêntica à do projeto Piratinga. Cerca de 30% dos produtores iniciais venderam seus lotes, desistindo do projeto.</p>
Alvorada	<p>O banco repassador foi o Banco do Brasil. A Cooperativa Agrícola Mista de Alvorada do Sul – Camas – foi a responsável pelo projeto, porém está em liquidação. Além das discussões das dívidas com o banco, pesa sobre as estruturas da cooperativa, litígio com o governo do Estado do Mato Grosso do Sul quanto ao pagamento de impostos.</p> <p>Atualmente, as estruturas da cooperativa estão alugadas à Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região de Paraíso – Copper –, sucessora da Camas, que desenvolve atividades de apoio aos produtores.</p> <p>Entre os produtores, sete já venderam seus lotes. Dos demais, a maioria, está sendo executada pelo Banco.</p>

PRODECER PILOTO III

A terceira fase do Prodecer teve o contrato bilateral de execução assinado em 1994. O Banco do Brasil, um dos órgãos repassadores de recursos, tendo como base a experiência de endividamento dos projetos do Prodecer II, exigiu algumas alterações para iniciar as operações de financiamento. A principal delas seria que o Governo do Estado do Tocantins, um dos estados a sediar o projeto, assumisse 50% dos riscos bancários de todos os financiamentos, como avalista das operações. Apesar de todos os cuidados e precauções, já a partir de 1998 começaram a surgir problemas de endividamento semelhantes aos ocorridos nos projetos anteriores.

Projeto	Situação de endividamento: produtores e cooperativas
Gerais de Balsas	O repassador de recurso é o Banco do Nordeste. A cooperativa responsável é a Cooperativa Batavo Nordeste, que está negociando com o Banco as dívidas relativas à infra-estrutura. Atualmente, 14 dos 40 produtores do Prodecer estão demandando judicialmente com o banco e os demais negociam amigavelmente.
Pedro Afonso	O repassador de recursos é o Banco do Brasil. A Coopersan, que iniciou a implantação do projeto, está em liquidação. A infra-estrutura construída com recursos repassados pelo Banco do Brasil foi desapropriada pelo governo do Estado. Hoje, o projeto é administrado pela Cooperativa Agrícola de Pedro Afonso – Coapa –, criada pelos produtores para suceder a COOPERSAN. O total da dívida, no momento, é de R\$ 72 milhões, com média de R\$ 1,5 milhão por produtor. Alguns totais estão sendo judicialmente discutidos com o banco, mas a maioria está sendo negociada.

(3) ESFORÇO DO GOVERNO BRASILEIRO NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA DE ENDIVIDAMENTO RURAL

Esta situação, onde muitos produtores estão inadimplentes com suas obrigações financeiras e com dificuldades em administrar as suas atividades, é anormal e insustentável. Para a continuidade das atividades dos produtores assentados com recursos do Prodecer, em condições normais, é indispensável tornar viável sua situação financeira, evitando a desistência dos produtores, especialmente por força da execução judicial, quando ocorre forte desestruturação tanto da propriedade, como do produtor e sua família.

O problema de endividamento dos produtores e das cooperativas do Prodecer, assim como de boa parte do setor no País, sofreu grande influência por ter coincidido com o período de política monetária de juros altos, ocorrido a partir de 1986, conforme já descrito no Capítulo 2 deste Estudo. Este desequilíbrio entre o crescimento da dívida e a receita agrícola influenciou todos agricultores do País, e de modo mais grave aqueles que contraíram dívidas junto ao sistema financeiro, como foi o caso do Prodecer.

Na tentativa de minimizar essas dificuldades, ajudando os produtores e as cooperativas, o governo brasileiro elaborou e editou diversas medidas, como se vê a seguir e, ainda, hoje continua procurando novas medidas para a solução do problema de endividamento

da agricultura.

Em busca da solução do problema de endividamento da agricultura, o governo brasileiro, editou, em 1995, a Lei 9.138. Esta lei ficou conhecida como “securitização”. Em 1997, foi editada uma nova medida que ficou conhecida como “Pesa”. Em novembro de 2001, novas medidas foram baixadas, mais uma vez prorrogando prazos e reduzindo encargos.

O governo brasileiro aprovou, buscando solucionar os problemas de endividamento das cooperativas, um plano chamado Programa de Recuperação das Cooperativas – Recoop. Este plano objetiva revitalizar as cooperativas por meio de ações como: novos financiamentos, melhoria da estrutura física e do sistema de administração.

Estas medidas do governo brasileiro, que buscam solucionar os problemas de endividamento do setor agrícola, serão melhor discutidas no Capítulo 6.